

Os africanos escravizados na América Ibérica 1500-1850

CADERNO DE APOIO AO PROFESSOR

Ficha Técnica

Título: Os africanos escravizados na América Ibérica (1500-1850). Caderno de Apoio ao Professor

Autores:

Antonio Camões Gouveia (NOVA/FCSH; CHAM-NOVA/FCSH; CEHR-UCP)

Arlindo Manuel Caldeira (CHAM-NOVA/FCSH)

Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS.UÉ, DH-ECS-Universidade de Évora)

Raquel Pereira Henriques (NOVA/FCSH)

Roberta Stumpf (CHAM-NOVA/FCSH; UAL – Universidade Autónoma de Lisboa)

Paginação: Mariana Soler (CIDEHUS.UÉ)

Capa: Francisco Branco de Brito (CIDEHUS.UÉ, CHAIA.UÉ)

Março de 2022

ISBN: 978-972-778-249-9



Creative Commons
Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)



RESISTANCE

778076-H2020-MSCA-RISE-2017

This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement No 778076.

As sociedades escravistas nas Américas foram marcadas pela rebeldia escrava. Onde quer que o trabalho escravo tenha existido, senhores e governantes foram regularmente surpreendidos com a resistência escrava. No Brasil, tal resistência assumiu diversas formas. A desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos.

Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, *Uma história do negro no Brasil*, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006, p. 117

En el Nuevo Mundo, en todos los espacios donde la esclavitud fue una institución fundamental, el temor a la revuelta y el problema de los fugitivos atribulan a los funcionarios y a los pobladores. Lejos de ser la sociedad colonial plácida y pacífica, estuvo acosada por la inestabilidad causada por la amenaza de reacción violenta de los esclavos. Ellos huían buscando la libertad, impulsados por las difíciles condiciones de vida que padecían en las estancias [propiedades agrícolas y ganaderas] y las minas. La vivienda, el vestido y la alimentación eran precarios; la nutrición era pobremente balanceada e insuficiente. Además, sufrían las consecuencias de una política de castigo y terror como medio de control. Cuando la brutalidad se unió a un trabajo arduo y en malas condiciones, los motivos para escapar aumentaron.

Maria Navarrete, “Cimarrones y palenques en las provincias al norte del Nuevo Reino de Granada”, *Revista Fronteras de la Historia*, 6 (2001), pp. 99-100.

Índice

Introdução.....	1
Texto 1. Os números do tráfico transatlântico de africanos escravizados nos séculos XV a XIX.....	3
1.1. Fases do tráfico transatlântico	3
1.2. Origem e destino dos escravizados	7
Texto 2. Os navios do tráfico	12
Texto 3. Formas de resistência à escravidão no Brasil.....	15
3.1 O suicídio	16
3.2 Violência contra os senhores.....	17
3.3 A fuga.....	20
3.4 Outras formas de resistência.....	20
Texto 4. Fugas, quilombos e revoltas nas Américas	24
Texto 5. Palenques y Cimarronaje: procesos de resistencia al sistema colonial esclavista en el Caribe Sabanero (Siglos XVI, XVII y XVIII)	30
5.1 Constitución del cimarronaje y los palenques en el Bolívar Sabanero (Siglos XVI y XVII)	31
5.2 Palenque de San Miguel Arcángel y la Otra Banda: puntapié para la constitución de San Basilio de Palenque en los Montes de María (Finales del Siglo XVII y comienzos del XVIII)	32
Texto 6. San Basilio de Palenque	35
Texto 7. San Lorenzo de los Negros.....	36
Texto 8. Insurreições negras no Brasil.....	38
1 - Quilombo de Palmares (Ngola Djanga) – Alagoas, 1580-1695	38
2 - Quilombo do Quariterê – Mato Grosso, 1730-1795	38
3 - Revolta do Engenho Santana – Ilhéus/BA, 1789 e 1824	39
4 - Revolta de Itapuã – Itapuã, Bahia, 1814	39
5 - Revolta das Carrancas – Minas Gerais, 1833.....	39
6 - Revolta dos Malês – Bahia, 1835.....	40
7 - Balaiada – Maranhão, 1838-1841.....	40
8 - Revolta de Manoel Congo – Rio de Janeiro, 1838	41
Texto 9. Características das revoltas no Brasil.....	43

Texto 10. Revuelta de esclavos de Santo Domingo	44
Texto 11. La primera rebelión de esclavos en la Ciudad de México	45
Texto 12. Zumbi dos Palmares.....	47
Glossário	49
Cronologia	51
Para continuar a aprofundar este assunto:	54
1. Livros.....	54
2. Sítios e materiais em linha.....	54
3. Outros recursos	55
El vídeo como recurso didáctico.....	62
Ficha de Observação.....	63

Introdução

Este **Caderno de Apoio ao Professor** destina-se a disponibilizar materiais complementares para trabalhar com os estudantes o recurso audiovisual *Os africanos escravizados na América Ibérica* que está disponível no YouTube em <https://www.youtube.com/watch?v=qd-sPk4a4p8>.

Este recurso audiovisual faz parte dos materiais produzidos pelo Projeto RESISTANCE: *Rebelião e resistência nos impérios ibéricos, séculos XVI-XIX* (778076-H2020-MSCA-RISE-2017). O projecto é financiado pela Comissão Europeia, teve início em junho de 2018 e prolonga-se até meados de 2024. Tem como objectivo estudar e disseminar o conhecimento sobre os processos de resistência de categorias sociais discriminadas, segregadas e “de baixo” nos impérios ibéricos, o mesmo é dizer, nos territórios europeus, americanos, africanos e asiáticos sob a dominação de Portugal e de Espanha, entre 1500 e 1850. Um dos compromissos deste projeto é publicar, em linha, materiais destinados ao grande público (<http://www.resistance.uevora.pt/> e canal YouTube: **Projecto RESISTANCE**) entre os quais se destacam os recursos didáticos.

O Caderno é composto por 12 textos sobre o tráfico transatlântico e as resistências dos escravizados na América Ibérica entre o século XVI e 1850, cuja ordem de entrada acompanha o desenvolvimento do recurso audiovisual. Inclui ainda: um glossário com léxico pertinente e conceitos-chave; uma cronologia, alguns mapas com a origem geográfica africana dos escravizados e a localização de resistências; sugestões de leitura, de sítios em linha e de outros recursos para aprofundar alguns dos temas e, por fim, uma proposta de ficha de observação, destinada a ser preenchida pelos alunos, após o visionamento da referida montagem audiovisual.

O facto de esta publicação visar a sua utilização nos mundos de fala luso-hispana explica que o narrador do recurso audiovisual fale em português de Portugal, com legendas em castelhano. Justifica também que os textos deste caderno sejam apresentados nas línguas originais de redação, mantendo-se por regra as grafias e as citações. Sempre que se fez alguma adaptação, sinalizou-se o facto.

A **Ficha de Observação** que se apresenta (que o professor poderá naturalmente adaptar às características da turma e ao momento do programa em que o recurso audiovisual é apresentado), destina-se a fomentar a análise e a reflexão dos alunos, imediatamente após a apresentação, de forma a consolidar as aprendizagens.

Embora possa ser utilizado para outros níveis etários e outras disciplinas, o recurso audiovisual foi pensado sobretudo para um público-alvo dos 12 aos 15 anos (3º ciclo do Ensino Básico, em Portugal) e para a disciplina de História.

A não ser em situações especiais que o professor avaliará, considera-se vantajoso **repetir**, pelo menos uma vez, a sua projeção, para melhor compreensão dos alunos, estimulando questões e eventualmente congelando as imagens que parecerem mais significativas.

A seleção destes materiais é da responsabilidade de Arlindo Manuel Caldeira, que contou com a colaboração do grupo de trabalho do Projeto RESISTANCE que inclui António Camões Gouveia, Mafalda Soares da Cunha, Raquel Pereira Henriques e Roberta Stumpf.

Texto 1. Os números do tráfico transatlântico de africanos escravizados nos séculos XV a XIX

O nosso conhecimento do tráfico transatlântico (ou tráfico ocidental) de escravos tem vindo a melhorar substancialmente nas últimas décadas, devido a um crescente interesse por parte dos historiadores, nomeadamente norte-americanos, por essa área de estudos. Mesmo em termos quantitativos, ultrapassou-se já a fase das estimativas de carácter geral e começamos a aproximar-nos dos números reais.

Nesse sentido, o projecto mais ambicioso é uma investigação colectiva, dirigida pelo historiador americano David Eltis, com vista à elaboração de uma base de dados capaz de reconstituir a dimensão e a estrutura do tráfico de escravos transatlântico entre os séculos XVI e XIX. Os primeiros resultados, que, na altura, já superavam, em muito, o que se conhecia até aí, foram divulgados num CD-ROM, em 1999. A investigação, no entanto, continuou e, desde 2008, foi colocada na Internet, em regime de acesso livre, *The Trans-Atlantic Slave Trade Database* (<https://www.slavevoyages.org>), uma base de dados, alimentada em permanência, que reunia, no verão de 2019, informação detalhada sobre cerca de 36 000 viagens do "infame comércio" saídas de África entre 1501 e 1875. Embora se calcule que já estejam contempladas cerca de 80% de todas as viagens, há ainda muitas lacunas, que se concentram sobretudo no tráfico com o Brasil e a América espanhola. É possível, no entanto, contar, no mesmo *site*, com estimativas credíveis em que, usando modelos matemáticos, se tentam conciliar os dados disponíveis com a informação de outras fontes de carácter mais geral. Foram essas estimativas que serviram de base aos quadros que apresentamos aqui.

1.1. Fases do tráfico transatlântico

(...) A partir de 1518 passa a ser autorizado o envio directo de escravos de África para a América Espanhola, tendo-se tornado os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe os entrepostos onde os navios portugueses (e também espanhóis) se iam abastecer.

Depois da década de 1530, também no Brasil começa a crescer a procura de mão-de-obra escrava, movimento que se acentuará à medida que o território se consolida como grande produtor/exportador de açúcar.

Estava, assim, a ter lugar uma mudança de escala no comércio de escravizados, com o continente americano a absorver um número cada vez maior de

africanos cativos. Pode dizer-se que só então começa verdadeiramente o tráfico transatlântico (...).

A fase do exclusivo ibérico do tráfico negreiro tinha, no entanto, os dias contados.

O primeiro sinal soou em 1621, com a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (em neerlandês, *West-Indische Compagnie*, correntemente dita WIC), cuja acção se vai inserir na guerra contra a Espanha, no âmbito da luta pela independência da Holanda. Face à união das coroas ibéricas, atacar os territórios coloniais portugueses era uma forma de ferir os interesses espanhóis (...).

Desafiando o domínio ibérico das Américas, ingleses, franceses e holandeses (e também dinamarqueses e suecos) vão-se instalando nas ilhas desabitadas do arquipélago das Antilhas e na zona continental a norte do Amazonas, onde se dedicam à produção intensiva de açúcar e de tabaco. Isso vai criar grandes necessidades de mão-de-obra que serão satisfeitas maioritariamente com trabalhadores africanos escravizados.

A esta intensa procura de mão-de-obra escrava e à disponibilidade económica para pagá-la, corresponderam os intermediários africanos alimentando o tráfico com um fluxo de escravos mais intenso e a preços cada vez mais elevados, numa espiral de crescimento que vai atravessar todo o século. Em 1781-1790, década em que o tráfico foi o mais intenso de sempre, atingiu-se o valor médio de perto de 90.000 africanos deportados como escravos em cada ano.

A 2.ª fase do tráfico atlântico, que corresponde ao século XVIII, mas se prolonga ainda pela primeira década do século XIX, caracteriza-se pela internacionalização do tráfico e por uma transferência maciça de população africana para as Américas, sem paralelo nos séculos anteriores. A Europa do Norte junta-se decididamente a Portugal no negócio de mercadoria humana, sobretudo através de três potências: a Holanda (Países Baixos), a Inglaterra e a França. Mas não são os únicos: a partir do século XVII vão também participar no tráfico a Dinamarca, a Suécia e até os alemães do principado de Brandeburgo.

Todos esses países estabelecem feitorias e constroem fortes ao longo da costa africana, muitas vezes quase lado a lado, desafiando a concorrência. Só na costa do Ouro, além de São Jorge da Mina (que os holandeses conservaram) foram levantadas mais de duas dezenas de fortalezas.

(...) As colónias da América central inglesas, francesas, holandesas e dinamarquesas absorvem então quase 60% de todos os escravos negociados, perto de quatro milhões de indivíduos, só no século XVIII. Por sua vez, o Brasil, onde, à

agricultura de plantação, se juntou, na viragem do século XVII, a mineração do ouro e das pedras preciosas, recebeu, por si só, nesse período, cerca de um terço do total.

Na terceira fase do tráfico atlântico, que se inicia na segunda década do século XIX, volta a inverter-se a importância relativa da participação dos países do Norte da Europa, praticamente a abandonarem já o tráfico, e dos países ibéricos (e suas colónias ou ex-colónias americanas), onde o tráfico resiste. Os países ibéricos têm agora por companhia, embora a grande distância, os Estados Unidos da América.

Enquanto, vindas de Norte para Sul, crescem as campanhas abolicionistas e as consequentes proibições (...), o comércio negreiro não cede, embora tornado ilegal, nas regiões onde a economia de plantação continua a considerar imprescindível o trabalho escravo, para a manutenção dos rendimentos habituais. O Brasil, independente desde 1822, é um bom exemplo. As primeiras medidas restritivas do comércio de seres humanos são ainda anteriores à autonomia e são depois reforçadas, sempre por pressão inglesa, em 1826 e 1839, com imposições de carácter repressivo. Pois, como se pode ver no **Quadro 1**, o volume do tráfico, em vez de diminuir, irá em crescimento até 1850. A possibilidade de grandes lucros, muito maiores do que na fase legal, falava mais alto do que as interdições e que o próprio risco financeiro. Ainda por cima podiam continuar a contar com uma oferta abundante nos mercados africanos, onde os intermediários locais se mantinham activos e a concorrência internacional era menor.

QUADRO 1
Estimativa do tráfico atlântico de escravos por países/bandeira (1501-1866)

Datas	Portugal/ Brasil	Grã- Bretanha	França	Espanha/ Uruguai	Holanda	U.S.A.	Dinamarca /Báltico	Totais
1501-1550	32 400	0	0	31 700	0	0	0	64 100
1551-1600	121 800	1 900	100	88 200	1 400	0	0	213 400
1601-1650	469 100	33 700	1 800	127 800	33 600	800	1 100	667 900
1651-1700	542 100	394 600	36 600	18 500	186 400	3 300	26 300	1 207 800
1701-1750	1 011 100	964 600	380 000	0	156 900	37 300	10 600	2 560 500
1751-1800	1 201 900	1 580 700	759 000	10 700	173 100	152 000	56 700	3 934 100
1801-1850	2 460 600	284 000	203 900	568 800	3 000	111 400	16 300	3 648 000
1851-1866	9 300	0	0	215 800	0	500	0	225 600
Totais	5 848 300	3 259 500	1 381 400	1 061 500	554 400	305 300	111 000	12 521 400

Fonte: *The Trans-Atlantic Slave Trade Database* [WEB, 15 de julho de 2019] (números arredondados à centena).

1.2. Origem e destino dos escravizados

(...) De onde provinham todos estes escravos que, aos milhões, foram obrigados a atravessar o Atlântico? Por vezes não sabemos de que regiões eram efectivamente originários, pois os seus locais de nascimento podiam situar-se a centenas de quilómetros do litoral, mas conhecemos muito melhor os portos onde foram embarcados. O **Quadro 2** permite-nos identificar as áreas da costa africana onde foi mais intenso o comércio de escravizados e avaliar a posição relativa de cada uma dessas regiões ao longo dos quatro séculos do tráfico atlântico.

Para onde foi encaminhada a imensa mole humana desviada do continente africano para o oceano Atlântico?

Com excepção da primeira metade do século XVI, em que esse lugar coube à América Espanhola, o Brasil foi, no mundo atlântico, entre o século XVI e o século XIX, o principal destino dos escravos africanos. Africanos de todas as origens, mas sobretudo akans da Costa do Ouro, yorubas da bacia do rio Níger e bantos do Congo e de Angola, predominando uns ou outros conforme o período do tráfico que se tenha em conta.

A sua entrada no Brasil tem de ser associada aos ciclos económicos da colónia e, depois, do jovem país. Assim, nos séculos XVI e XVII, a procura de escravos tem de ser relacionada com o cultivo e transformação industrial da cana-de-açúcar e com a produção de tabaco; no século XVIII, com a mineração do ouro e dos diamantes e com culturas agrícolas como o algodão e o arroz; no século XIX com o cultivo do café.

(...) Talvez por ter sido um dos últimos territórios da América (o último foi Cuba) a pôr fim definitivo ao comércio de escravos, é o Brasil que bate, globalmente, todos os recordes de importação de cativos, cifrando-se em mais de cinco milhões e meio o número de africanos que, entre 1500 e 1850, foram embarcados em direcção àquele país da América do Sul, o que corresponde a 44% de todo o tráfico atlântico. As colónias da América Central pertencentes aos países da Europa do Norte, que tinham dominado as importações do século XVIII, receberam, entre 1650 e 1850, um pouco menos de cinco milhões de cativos, qualquer coisa como 38%. No mesmo período, toda a América Espanhola, não importou muito mais que milhão e meio de escravos, isto é, cerca de 13% do total. A América do Norte, que só começou a receber escravos africanos a partir de 1650, terá sido, até 1850, o destino de menos de meio milhão, uns modestos 4%, portanto. O continente europeu é claramente subavaliado no **Quadro 3**, mas, de qualquer forma, não deve ter recebido mais do que 1 ou 2% do total.

Tudo somado, a cifra global é assustadora. De acordo com as estimativas mais recentes, a África perdeu entre 1500 e 1866, só através do tráfico transatlântico, mais de 12 500 000 dos seus filhos, a imensa maioria dos quais embarcados em direcção ao continente americano. Desses, apenas 10 700 000 terão postos os pés nas Américas. Os restantes, quase dois milhões, cerca de 14,5% do total, morreram nos porões dos navios, chamados adequadamente "tumbeiros", de sede, de fome, de doença ou de desespero. E se conhecêssemos todos os passos do calvário de todos os escravizados, desde o momento em que, algures no interior de África, foram vendidos pela primeira vez até que chegaram ao último porto de desembarque, a realidade e os números que a traduzissem seriam ainda bem mais aterradores.

Arlindo Manuel Caldeira, *Escravos e traficantes no Império Português*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, pp. 28-37 (com algumas actualizações)

QUADRO 2

Origem geográfica dos escravizados africanos do tráfico transatlântico

Datas	Senegâmbia e Serra Leoa	Costa do Ouro (Mina)	Baía do Benim	Baía do Biafra	África Centro-Ocidental	Outras origens	Totais
1501-1550	57 200	0	0	2 100	4 900	0	64 100
1551-1600	91 500	0	0	6 400	113 000	2500	213 400
1601-1650	55 600	2 500	9600	36 500	563 400	300	667 900
1651-1700	87 300	106 200	260 200	149 900	571 400	32 700	1 207 700
1701-1750	166 200	460 600	734 900	248 900	888 200	61 900	2 560 600
1751-1800	399 000	553 900	549 700	655 700	1 477 000	298 600	3 934 000
1801-1850	282 700	86 100	410 800	495 200	1 919 900	453 300	3 648 000
1851-1866	4800	0	33 900	0	156 800	30 200	225 600
Totais	1 144 300	1 209 300	1 999 000	1 594 600	5 694 600	879 500	12 521 300

Fonte: *The Trans-Atlantic Slave Trade Database* [WEB, 15 de julho de 2019] (números estimados arredondados à centena).

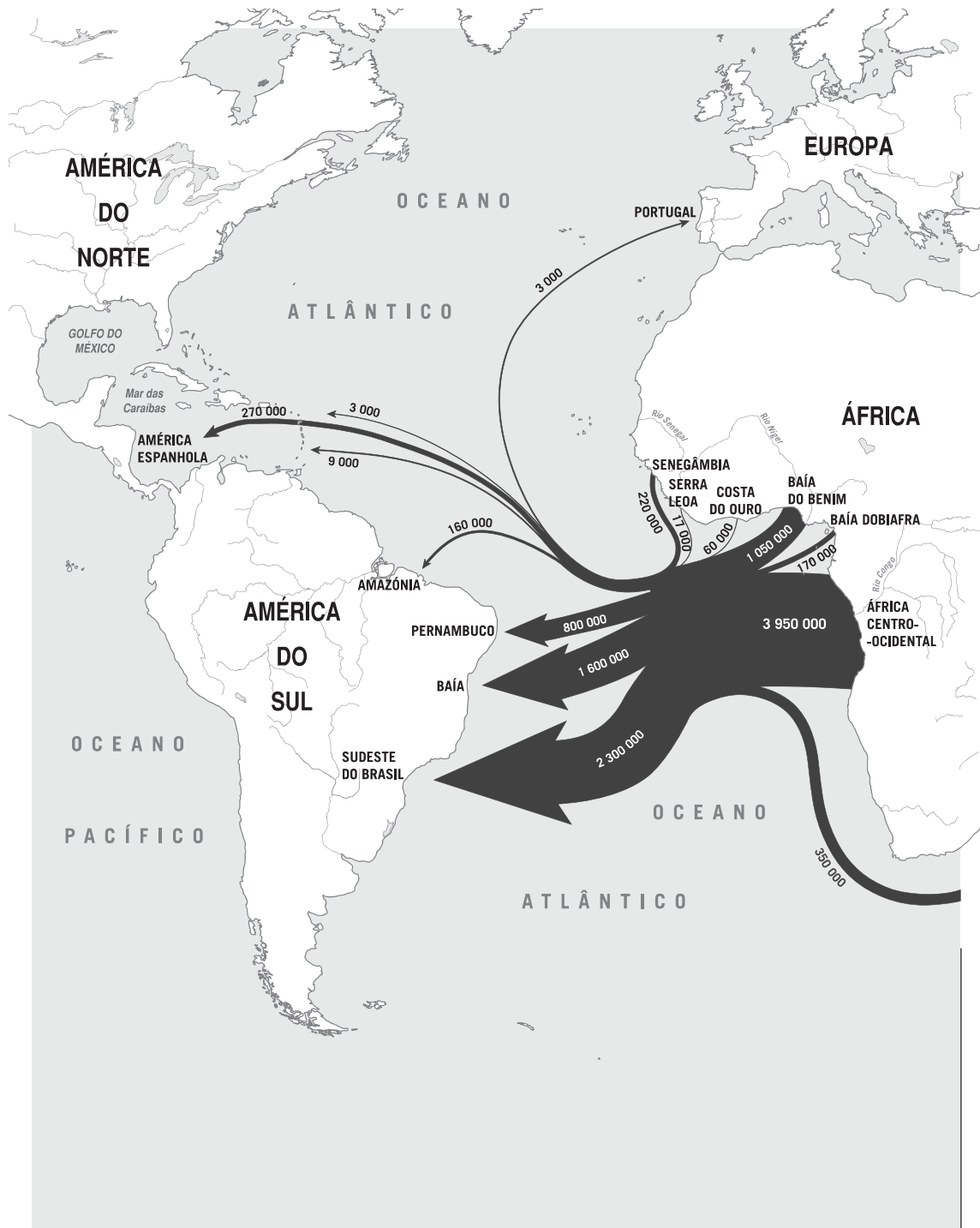
QUADRO 3
Principais destinos do tráfico atlântico de escravos (1501-1866)

Datas	Europa	Brasil	América Espanhola	Caraíbas Francesas	Caraíbas Britânicas	América Holandesa	Colónias Dinamarquesas	América do Norte	África	Totais
1501-1550	600	0	63 500	0	0	0	0	0	0	64 100
1551-1600	300	34 700	178 400	0	0	0	0	0	0	213 400
1601-1650	100	377 600	254 400	600	34 700	0	0	100	300	667 900
1651-1700	3 500	532 700	58 900	49 700	370 400	146 000	22 600	19 800	4 000	1 207 800
1701-1750	5 000	1 012 100	70 500	357 400	772 000	148 200	16 500	178 100	800	2 560 500
1751-1800	1 300	1 198 800	105 000	821 100	1 367 800	191 400	65 300	180 700	2 600	3 934 100
1801-1850	0	2 367 300	664 600	99 600	218 500	28 700	25 500	93 100	150 800	3 648 000
1851-1866	0	20 300	196 000	0	0	0	0	500	20 300	225 600
Totais	10 800	5 532 100	1 591 200	1 328 400	2 763 400	514 200	129 900	472 400	178 900	12 521 400

Fonte: *The Trans-Atlantic Slave Trade Database* [WEB, 15 de Julho de 2019] (números estimados arredondados à centena).

Figura 1:

Tráfico transatlântico de escravizados: origens e destinos (1526-1867). Estimativa do número de cativos transportados por navios portugueses e brasileiros



Fonte: Arlindo Manuel Caldeira. *Escravos e traficantes no Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, p. 27

Texto 2. Os navios do tráfico

Os navios de transporte de escravos, no século XVII, raramente eram “especializados” no tráfico, isto é, podiam ser, e eram utilizados para outros tipos de comércio. Nas viagens dos navios negreiros do Brasil para Angola isso era uma fatalidade, pois os mesmos navios que levavam escravos regressavam com farinha, tabaco, açúcar e aguardente. Mas podiam também ser as mesmas embarcações que, por exemplo, levavam açúcar e tabaco do Brasil para Portugal. Havia, porém, adaptações mínimas para o transporte de mercadoria humana e a maioria dos navios, ou pelo menos boa parte deles, tinham recebido, no chão da coberta, estrados relativamente elevados sobre os quais dormiam os escravos embarcados, evitando o contacto directo com a água, quando esta entrava no navio, e com as imundícies que se iam acumulando.

(...) A prática habitual era destinar a coberta (ou porão) aos indivíduos do sexo masculino, por serem considerados mais resistentes a condições adversas, mas, sobretudo, por razões de segurança, pois ficavam mais isolados em relação à zona sensível do navio. A possibilidade de insurreições, que, como veremos, não deixaram de acontecer e eram um receio permanente das tripulações, levava a que, em muitos navios, esses escravos fossem agrilhoados uns aos outros, nos tornozelos (e por vezes também com correntes e argolas em volta dos pescoços), sobretudo enquanto o navio se mantinha à vista de terra.

Na parte superior do navio (o convés ou ponte), eram acomodadas as mulheres e as crianças e se, pelo menos, podiam respirar livremente, não deixavam de estar sujeitas à limitação do espaço e à inclemência das condições meteorológicas.

Era, porém, no interior da coberta que as condições eram mais pavorosas. Já na navegação “normal”, os marinheiros que aí pernoitavam estavam sujeitos a todas as incomodidades: “amanhecem muitas vezes nadando em água que entra pelas portinholas da artilharia; se se fecham, arde a coberta em fogo e morrem com quentura, pelo pouco ar com que se ventila; se se abrem, entra tanta água que, quando não morram afogados, recebem desta frialdade muita disposição para enfermarem”. Ora, a somar a tudo isso, os escravos não podiam abandonar os seus lugares e iam muitas vezes tão apertados que não chegavam a ter espaço para se mexerem ou para se deitarem.

Além do mais, em embarcações mais pequenas, nem portinholas de ventilação existiam, para lá do alçapão de acesso ao convés (...).

Em alguns navios, sobretudo nos maiores, grupos alternados dos cativos que iam fechados na coberta eram trazidos, pelo menos uma vez por dia, ao convés para

“tomar ar”, mas, muitas vezes, nem isso acontecia. Além das dificuldades logísticas, havia, mais uma vez, o receio de revoltas e de que alguns escravos aproveitassem a oportunidade para se suicidarem, atirando-se ao mar, como sucedia com frequência (...).

A maior parte dos escravos viajavam nus ou com tangas e outro vestuário muito sumário e dormiam directamente sobre a madeira dos estrados. (...)

Embora quanto maior fosse a viagem maiores fossem a tensão e o sofrimento dos embarcados, era nas travessias mais curtas que a sobrecarga dos navios era, por vezes, mais dramática, acumulando-se as pessoas, umas contra as outras, pressionando as mais infelizes contra as tábuas da coberta do navio. (...)

Mais do que todas as outras formas de carência e de incomodidade, era a sede a maior ameaça à sobrevivência dos escravos embarcados, começando o problema da água com o próprio abastecimento ao navio, no porto. Em muitas zonas de África onde se procedia aos embarques não havia abundância de água em condições razoáveis de higiene. (...)

Se já havia motivos para desconfiar da qualidade da água, o problema mais evidente era a quantidade que, a bordo, era distribuída aos escravizados. Quer em peso quer em volume, a água destinada a algumas centenas de pessoas constituía uma percentagem significativa da carga útil. Uma tonelada de arqueação correspondia a duas pipas, pouco mais de 1000 litros, o que, em condições normais, mal daria para 20 pessoas numa viagem de 25 dias. Além disso, o tempo de viagem, devido a avarias, ventos contrários ou calmarias, ultrapassava muitas vezes o previsto, enquanto a quantidade de água era quase sempre calculada para a duração mínima. Por fim, muitas vezes a água estragava-se no vasilhame e, outras vezes, perdia-se pura e simplesmente por falta de estanquicidade na união das aduelas.

Se se juntar a isso o facto, já referido, de os mestres quererem ganhar espaço poupando nos tonéis de água embarcada, percebe-se que a água, sobretudo a falta dela, fosse a causa principal da mortalidade nos navios.

A literatura sobre o tráfico de escravos refere muitas vezes a falta de alimentos a bordo que levaria a que apenas fossem servidas diariamente aos embarcados rações diminuídas, meia ração e até menos.

Quando isso acontecia, e acontecia com frequência, era o resultado de um de dois factores. Primeiro, o prolongamento excepcional da viagem, devido às condições naturais, o que podia ser grave se o volume de mantimentos tinha sido planeado à justa. O outro factor, desgraçadamente mais frequente, tinha um nome: desonestidade. A alimentação dos escravos a bordo podia ser directamente da responsabilidade dos carregadores e seus representantes ou ser assumida pelos

armadores do navio. Neste caso, os mestres encarregavam-se das compras antes dos embarques e, não raro, metiam ao bolso uma parte do que devia ser gasto com os mantimentos para os africanos embarcados. (...)

O desembarque de multidões de africanos esqueléticos, que faz parte da iconografia da escravatura, não se afasta, em muitos casos, da realidade, mas resulta de múltiplos factores e não apenas, nem principalmente, da escassez de comida a bordo. A razão principal tem a ver com as condições de saúde. Muitos dos escravos chegavam ao local de embarque bastante debilitados pelas enfermidades e pelo esforço do longo percurso que os trouxera até aí. A bordo, os ataques de parasitas, as bruscas variações de temperatura, a má qualidade da água e as deploráveis condições higiénicas gerais eram propícios a uma multiplicidade de infecções, sendo, por exemplo, devastadores os efeitos das disenterias. Mas, mesmo quando não eram atingidos por doenças graves, os escravos embarcados, quase todos criados longe do litoral e tendo de enfrentar agora mares agitados (e não raro tempestades) a bordo de pequenas embarcações, eram afectados por violentas crises de enjoo, com náuseas e vômitos que podiam não os largar durante toda a viagem. E, nesses casos, o tipo de alimentação disponível não era seguramente a mais atractiva nem a mais indicada. Além do enjoo, o pânico e o desespero levavam também muitos a recusarem deliberadamente a comida, como forma de se libertarem, através da morte, dos tormentos do quotidiano e de um futuro em que apenas anteviam a mais terrível desgraça.

(...) O padre capuchinho Giuseppe Monari que saiu de Luanda para a Baía em Maio de 1720 num navio com 789 africanos escravizados, dos quais morreram 80 nos 36 dias da travessia, resume assim a situação geral: “É impossível descrever os choros, a confusão, o fedor, a quantidade de piolhos que devoravam aqueles pobres negros. Naquele barco havia um pedaço de Inferno mas como os que estão no Inferno não têm esperanças de saída, contentar-me-ei dizendo que era a *nau do Purgatório*”.

Arlindo Manuel Caldeira, *Escravos e traficantes no Império Português*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, pp. 116-144.

Texto 3. Formas de resistência à escravidão no Brasil

A rebeldia caracterizou diversos grupos de escravos no Brasil e em toda a América, mas a historiografia tradicional construiu a imagem de um escravo resignado e conformado diante de sua situação. (...)

Mott (1988) ressalta que a resistência vem desde o tráfico negreiro e cita um exemplo ocorrido no século XVIII: “o suicídio de 14 escravas, que em 1774 estavam sendo transportadas no navio negreiro *Soleil*” (1988, p.28-29). De facto, os escravos desenvolveram diversas formas de oposição ao poder dos senhores, uma delas foi o suicídio. Os senhores já esperavam os escravos com a ideia de que enfrentariam rebeldia. Acreditavam que esses escravos eram rebeldes não somente por natureza, mas também porque eram preguiçosos, ignorantes e incompetentes e com dificuldades de desenvolver algumas funções. No período da escravidão, o escravo era visto como preguiçoso ou fujão de suas responsabilidades, quando essa era, afinal, uma das formas de resistir à escravidão.

Várias foram as formas de resistência, desde a não realização do trabalho de acordo com as ordens do senhor, até a fuga da fazenda. Quando os escravos conseguiam fugir eram perseguidos pelo capitão-do-mato ou até mesmo por pessoas que se ofereciam para os recapturar, pois seriam recompensados por concluir essa função. Quando o escravo era encontrado, sofria os mais pesados castigos. A punição devia servir de exemplo para os outros escravos.

Quando um escravo não era encontrado, os seus donos recorriam aos jornais e publicavam anúncios com suas características, o que ajudava na recaptura. Por receio de fugir e ser castigado da forma mais violenta, alguns optaram pelo suicídio como a forma mais extrema de se livrar da escravidão. O que era uma forma de resistência também, já que, dessa forma, não seriam mais propriedade do senhor. Com menos escravos, os serviços ficavam cada vez difíceis de serem realizados e concluídos.

Outra forma de resistência foi forjar doenças. Os escravos utilizavam, por exemplo, raízes para chá para provocar inchaço e, quando eram questionados, diziam que tinham se machucado no trabalho.

Houve também ataques aos feitores e até mesmo aos senhores. Os escravizados cometiam esses assassinatos com instrumentos de seu trabalho diário, como, por exemplo, faca, facão, podão, foice, machado, ou por envenenamento.

3.1 O suicídio

O suicídio foi, como se disse, a forma mais radical de resistência à escravidão e era considerado uma afronta pelos senhores.

De acordo com Mário Maestri (1994), os cativos eram punidos durante os trabalhos, com chicotadas para “acordarem”, além de toda a violência que sofriam no seu dia a dia. Com tantas humilhações, os escravizados que não vislumbravam uma solução para sua condição recorriam a uma forma de resistência extrema:

Os cativos se suicidavam mais que os homens livres. A causa imediata de um suicídio era, com frequência, um atentado falido, o medo de ser castigado, uma venda iminente, o não-cumprimento de uma alforria prometida, etc. Os cativos se matavam, deprimidos pelas péssimas condições de vida.

(MAESTRI, 1994, p.90)

O medo sempre esteve presente na vida do escravizados, e é ele que pode levar ao suicídio. Katia Mattoso (1990) ressalta os motivos dos suicídios:

Suicidando-se demonstra não ver saída ao desespero. E os suicídios são mais frequentes nas cidades, do que no campo, embora o escravo urbano goze de maior autonomia se comparado a seu irmão das fazendas. Os relatórios policiais, em sua secura cruel, fornecem algumas das razões que podem levar o escravo ao suicídio: impossibilidade de queixar-se à justiça de maus-tratos recebidos, incapacidade de pagar ao senhor a soma de estipulada no contrato de escravos “de ganho”, acusações falsas, medo de ser vendido para longe, insucesso numa tentativa de fuga, roubo descoberto, etc.

(MATTOSO, 1990, p.155)

Mott (1988) também destaca que essas mortes consideradas suicídios não eram investigadas como deveriam pelas autoridades locais, muitas eram identificadas como suicídio para descartar qualquer tipo de envolvimento do seu senhor. Quando se tratava realmente de suicídio, o principal motivo da morte era o desgosto pela vida onde se enquadravam. Motivos que levavam a cometer o fim da vida não lhes faltavam, e quando decidiam morrer usavam todos os métodos para colocar fim na vida: envenenamento, afogamento, asfixia, estrangulamento etc. Pulquéria, escrava de dona Leocádia, foi presa no paiol de onde tentou fugir, não conseguindo e temendo

ser castigada, cortou a própria garganta com uma faca, isto ocorreu em São Mateus, no Espírito Santo, em 1885 [...]:

Entre o jogo de cintura – a esperteza – e a situação extrema de resistência – o suicídio – escravos e escravas desenvolveram várias formas de se opor ao poder senhorial. Razões para a fuga não faltavam – excesso de trabalho, falta de comida, saudade dos entes queridos, medos dos castigos, esperanças de fazer passar-se por livre, etc.

(MOTT, 1988, p.31)

Portanto, muitos dos escravos tinham suas mortes devido aos abusos cometidos por seus senhores e ao ambiente em que viviam. Muitos escravos desejavam sua própria morte, não suportando mais os maus-tratos que lhes eram infringidos.

De acordo com Pinsky (2009), o suicídio foi uma forma recorrente de resistência. “Em 1848, dos 33 suicídios ocorridos na Bahia, 27 foram de escravos, dos quais 26 africanos”. “O preto fugido Antônio, escravo de José Maximiano de Carvalho, por ocasião de ser capturado, cravou em si, no ventre, uma faca, o que lhe produziu instantaneamente a morte” (2009, p.91). Muitos deles morriam de “banzo”, o qual significava saudade de seus entes queridos, da sua pátria distante, a vontade de se libertar daquela situação. O suicídio era um ato de alívio de seu sofrimento e de rebeldia contra os seus senhores.

3.2 Violência contra os senhores

De acordo com Mott (1988), outra das formas extremas de resistência à escravidão eram os assassinatos cometidos por escravos. Os meios para tais assassinatos eram diversos, o uso de instrumentos de trabalho, faca, mão de pilão, golpes de machados, e envenenamentos.

Laura de Mello e Sousa, no livro *O diabo e a terra de Santa Cruz*, exemplifica: “Faustina, escrava do tenente Gregório Paes Falcão, fora por ele ameaçada de castigo; uniu-se a seus filhos e irmão e, juntos, assassinaram o senhor a facadas enquanto descansava na rede”, facto ocorrido em 1881 no Pará. Outro exemplo que se pode citar, relatado por João Domas Filho, é o caso das enforcadas de Sabará:

Em 1856, naquela cidade mineira, as escravas Peregrina, Jesuína, Luzia e Tecla assassinaram, com golpes de machado e

mão de pilão, sua senhora dona Maria do Carmo Pinto Teixeira, esposa de um brigadeiro, homem de prestígio da sociedade local. A vítima não era tida como das mais benevolentes no trato das escravas.

(MOTT, 1988, p.34)

Na citação acima, o crime foi em conjunto, todas participaram do assassinato. “Rosa e Peregrina foram apontadas como autoras do crime e condenadas à morte; Balbina, Tecla, Jesuína, Quitéria e Luisa receberam 600 açoites cada”. Esta punição teria que ser realizada por etapas, era proibido o escravo receber mais de 50 açoites por dia, pelo que os mesmos foram repartidos diariamente até completar a contagem. Peregrina foi a primeira a ser executada. Rosa foi morta em seguida, tentou fingir de morta, porém foi dada como viva pelo cirurgião-mor e morta de fato. Ambos os corpos foram entregues à Irmandade da Misericórdia. Posteriormente, conclui-se que Rosa foi enforcada injustamente, a mesma não estava presente na cena do crime, afirmam então “que ela passou a operar milagres entre os escravos: achava objetos perdidos, aliviava doenças, aflições, calúnias e morte”.

De acordo com Maestri (1994), os atentados contra o senhor e sua família e seus capatazes eram frequentes e, geralmente, esse tipo de violência acontecia durante o próprio trabalho. “Acostumados a tratar os cativos como animais, proprietários e capatazes batiam nos negros, mesmo quando eles trabalhavam com machados, facas ou perigosas ferramentas”.

O medo da morte e da tortura não impedia os atos de sangue, que eram relativamente frequentes. Nas charqueadas de Pelotas, onde os cativos trabalhavam com facas afiadas, no último meio século de escravidão, registraram-se, no mínimo, uns oitenta assassinatos de senhores e feitores.

(MAESTRI, 1994, p.91)

Evidentemente que essas não eram as únicas formas que os escravos usavam contra a vida de seus senhores. “Eram comuns histórias de negros e negras que teriam envenenado, ou quase, seus senhores”. Os que eram considerados responsáveis por matar seus senhores eram geralmente enforcados. Com os relatos do que estava acontecendo, os proprietários tiveram uma certa cautela, contratavam guarda-costas para sua segurança, os mais ricos, por exemplo, nem se aproximavam dos cativos assenzalados, o ódio dos cativos se voltava então apenas para o seu feitor, que estava mais próximo deles.

(...) Em 1838, as estatísticas oficiais apontam 22 negros executados no Brasil, depois de condenados por assassinato. Porém, esse número pode ser maior pois nem

sempre havia a preocupação com registros quando se trata de escravos, na maioria das vezes sua sentença era realizada sem ser questionada e executada sem nenhum impedimento:

As descrições dos castigos dos crimes registrados – e são poucas, com certeza, já que havia preocupação em não documentá-los – dão-nos uma ideia de quão bárbaros podiam ser: Lorena, que assassinou 15 escravos; outro que amarrou seu escravo no chão e o matou lentamente com suas botas e esporas (São Paulo, 1863); negros atirados às fornalhas dos engenhos e queimados vivos.

(PINSKY, 2009, p.81)

Porém, os anos 80 do século XIX foram marcados por um decréscimo de criminalidade de escravos em relação aos seus senhores, até porque haviam começado os movimentos abolicionistas e alguns direitos começavam a chegar. Muitas das vezes os homicídios aconteciam em ataques coletivos, mesmo que não preparados de antemão, bastava que um dentre eles tomasse alguma iniciativa do ataque para que os outros o seguissem, isso acontecia com mais frequência quando se dava a troca de feitor e o novato procurava manter a ordem e hábitos já adquiridos anteriormente (...).

De acordo com Pinsky:

Um escravo foi julgado em meados do século XIX por ter assassinado seu senhor, no Rio de Janeiro. O teor do processo descreve o escravo como um “bom trabalhador” e seu senhor – um mercador de café ávido de lucros –, homem impiedoso que exigia trabalho excessivo dele. Mesmo assim, o destino do escravo parecia selado, tanto que, quando o juiz lhe perguntou, no final da sessão, se tinha algo acrescentar em sua defesa, o negro sentenciou: “Em meio às galinhas, baratas nunca têm razão” (2009, p.88)

(...) Segundo Pinsky (2009), a ação de assassinar o senhor muitas das vezes não é planejada, mas fruto de revolta por alguma ação que lhe foi infligida naquele momento. “Segundo o réu, estava trabalhando na prensa quando se quebrou um prego. Por isso foi espancado pelo seu senhor, pelo que, revoltado, esfaqueou-o quatorze vezes” (2009, p.89-90). O autor dá outro exemplo: “Benedito de 18 anos, crioulo, trabalhador da roça, em abril de 1849, quando viu o senhor açoitar-lhe a mãe, avançou para ele com um pau e esbordoou-lhe até matá-lo”.

3.3 A fuga

De acordo com a autora Katia Mattoso, além do suicídio e da violência contra os senhores, a fuga era outra das formas extremas de resistência:

Juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga é, na verdade, a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado. O escravo “em fuga” não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua vida cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade (1990, p.153).

(...) Percebe-se que os escravos teriam que se valer de grande coragem para a fuga, pois já sabiam o que lhes esperava e os castigos que sofreriam caso fossem recuperados. (...) Os escravos quando eram recapturados passavam por inúmeras humilhações e maus tratos, o “F” de fujão era marcado por ferro quente, pedaço da orelha cortada, argolas no pescoço, chibatadas públicas para servir de exemplos, “afim de que nenhum outro escravo se metesse na mesma empreitada”. Apesar de tudo, a fuga de escravos era constante e perdurou durante toda a escravidão.

De acordo com Emília Viotti (1998), de todos os mecanismos de resistência, o mais frequente foi a fuga. (...) Segundo Mott (1988) a fuga acontecia individual ou até mesmo em grupos, sem contar que havia muita cumplicidade dos escravos furtivos e os que permaneciam na casa senhorial, porque muitos dos que fugiam, até procurar um lugar seguro, ficavam nas imediações da fazenda. As fugas não tinham destino final, mas às vezes terminavam nos quilombos.

(...) Conforme diz Maestri (1994), a fuga era a maneira mais simples, de certa forma segura e rápida, do negro obter sua liberdade, com isso os prejuízos seriam diversos, os senhores teriam que contratar vigias para as senzalas, o trabalho não ficava tão eficaz pois a falta do escravo fujão trazia diversos prejuízos e mesmo capturado o senhor jamais recuperava o trabalho não realizado. (...)

3.4 Outras formas de resistência

Segundo Mott “outra maneira de escapar” (1988, p.30) ao serviço era simular doença: algumas escravas tomavam chá de raiz de café que provocava inchaço no corpo todo, o que fazia que fossem dispensadas do serviço até que o inchaço

desaparecesse. Essas práticas revoltavam o senhor, e muitos escravos faziam esse tipo de ato para se livrar da vida dura de trabalho excessivo. Fingiam doenças por não aguentarem sua rotina exaustiva e com uma precária alimentação. Normalmente os escravos aparentavam uma idade bem mais avançada daquela que possuíam e morriam cedo por causa do modo de vida que lhes era imposto.

Havia, também, os casos de escravas que resistiam a serem amas-de-leite, já que eram afastadas de seus filhos para alimentar os filhos dos senhores:

A literatura médica do século XIX recomendava que as mães de família amamentassem elas próprias seus filhos e não os dessem para serem amamentados pelas escravas pois estas, tendo sido obrigadas a se separarem de seus filhos verdadeiros, acabavam por “se vingar”, ingerindo alimentos prejudiciais ao leite ou colocando pimenta no bico do seio, causando malefícios à saúde das crianças.

(MOTT, 1988, p.30)

(...)Roger Bastide ressaltava outra forma de resistência: as escravas que cometiam o aborto, dentre outras razões, com a intenção de seus filhos não nascerem escravos.

De acordo com Machado (1987), também os furtos eram frequentes, fumo [tabaco] em rolo, pinga [aguardente], doces e dinheiro era o alvo principal dos escravizados, muitas das vezes os donos das propriedades não se davam conta das pequenas faltas, porque normalmente esses furtos eram de porte pequeno. Eles roubavam porque se viam injustiçados, o roubo compensava o trabalho árduo do cotidiano

(...) Outra forma de resistência à escravidão foram as revoltas de escravos. Pode-se destacar que as mais famosas revoltas aconteceram na Bahia entre em 1807 e 1835. Mattoso (1990), ressaltava que a “insurreição de 1807 pretendia reunir, às portas da cidade, os escravos dos engenhos do Recôncavo com os cativos da cidade” (1990, p.164). Tinha como plano atacar brancos e voltar para a África, porém foram descobertos e condenados à morte. De fato, muitos dos escravos das insurreições, por falta de organização e sigilo, eram descobertos e punidos. Quando aconteciam essas revoltas, testemunhas do acontecimento declaravam que o grito de guerra dos escravos era: Liberdade!

Segundo Kátia Mattoso:

A onda de rebeliões prosseguiu, apesar de tudo, tanto na cidade quanto nos engenhos do Recôncavo baiano. Entre 1816 e 1835 contam-se cinco insurreições de importância. Em 1830,

por exemplo, 20 “escravos de ganho” (...), armados, atacam o depósito de escravos do comerciante Wenceslau Miguel de Almeida e libertam 100 cativos, recentemente desembarcados, antes de serem detidos pela polícia. Mas a insurreição de 25 de janeiro de 1835, a última e mais séria de todas, a mais bem organizada, provoca verdadeiro pânico na população branca da cidade, pois quase foi vitoriosa: no domingo 25 de janeiro celebra-se a festa tão popular de Nossa Senhora da Guia, na igreja do Bonfim. A hora prevista para o levante era aquela em que os escravos saem de casas para buscar água nas fontes públicas. O plano, simples e inteligente, previa desviar a atenção da polícia provocando incêndios que obrigassem as tropas sair de suas casernas. Os insurretos, aproveitando-se da confusão, desarmariam os soldados e fariam junção com os escravos do Recôncavo. Este movimento tinha maiores possibilidades de êxito do que as revoltas anteriores, começadas em geral fora da cidade e rapidamente debeladas pela tropa. Uma vez mais o belo plano foi, porém, denunciado e a revolta abortada, malgrado um início promissor, quando pequeno grupo de escravos conseguiu intimidar durante algumas horas os guardas do palácio do presidente da província e resistir a todo um batalhão de infantaria (1990. p.164).

A ligação de escravos com os quilombolas eram base essencial de todas as revoltas e característica visível de todos os movimentos.

De acordo com Mott:

Só na Bahia, entre 1807 e 1835, foram mais de duas dezenas de revoltas e conspirações, com a participação de escravos e ex-escravos, homens e mulheres. Em 1807, os africanos haussás pretendiam reunir os escravos dos engenhos e da cidade de Salvador, atacar os brancos, envenenar as fontes e tomar os navios para voltar a África; em 1814, os escravos de uma armação pesqueira, em Itapuã, mataram o administrador e sua família, colocaram fogo no local e marcharam para o Recôncavo. A rebelião era chefiada pelo escravo Francisco que tinha como companheira Francisca, liberta. Para combater os revoltosos, que somavam mais de 200, foram enviadas tropas do governo. Como resultado, 52 mortos e várias pessoas presas, entre elas seis mulheres: Francisca, Ludovina, Felicidade, Tereza, Germana e Ana. As cinco últimas foram condenadas a receber chibatadas. Francisca foi açoitada pelas ruas da cidade e depois degredada, com mais 22 companheiros, para Angola. Entre os presos, quatro foram

condenados à morte e enforcados; enquanto os outros, devido aos maus tratos, morreram na cadeia (1988, p.49).

(...) Entre as formas de resistência à escravidão que mais resultados ofereceram para os escravizados está o quilombo. Fruto das fugas, ele se tornou a imagem da luta contra o sistema escravocrata.

Maurineide Alves da Silva e Eliete Cristina Oliveira de Paula, “As formas de resistência do escravo à escravidão no Brasil”, *Literatura e História*, v. 9, n. 2, dezembro /2019, pp. 114-134 (adaptado).

Livros citados no corpo do artigo:

MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. Atual, São Paulo, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. Contexto, São Paulo, 1988.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. Contexto, São Paulo, 2009.

Texto 4. Fugas, quilombos e revoltas nas Américas

Entre os séculos XVI a XIX, nas Américas – desde o Norte, quase chegando ao atual Canadá, até as regiões meridionais da Argentina e do Uruguai –, foram formadas sociedades coloniais em que predominou o trabalho compulsório, com indígenas e principalmente africanos. De diversos lugares, chegaram – através do tráfico atlântico – milhões de homens e mulheres, muitos já escravizados na própria África. Eram provenientes tanto de microssociedades com chefias descentralizadas da Alta Guiné e da Senegâmbia como de impérios e reinos do Daomé, Oyo, Ndongo, Ketu, Matamba e outros; ou de cidades como Uidá e Luanda, nas áreas ocidentais e centrais africanas, entre savanas e florestas.

De origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus – em *africanos*, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. Entre os escravizados havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e um sem-número de agricultores, mercadores urbanos, conhecedores da metalurgia e do pastoreio. Ao atravessar o Atlântico, entraram em contato com um ambiente de trabalho intenso, de exploração e de produção de riquezas. O sistema colonial nas Américas se nutria cada vez mais de mão de obra escrava, para trabalhar na terra e na agricultura voltada para o mercado mundial.

Os primeiros africanos nas Américas foram pioneiros, adaptando linguagens, moradias, alimentação, idiomas e culturas. Ergueram fazendas e engenhos; plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão. Retiraram ouro e prata de montanhas ou rios, além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes. Foram lavradores, mineradores e pastores. Trabalharam demais, receberam castigos e maus-tratos sem cessar, e conheceram índices de mortalidade altíssimos. (...)

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas e morosidade na execução das tarefas se misturavam com a intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores. Chicotadas, açoites, troncos e prisões eram rotineiros. Assim como as notícias sobre fugitivos. Talvez fugir tenha sido a forma mais comum de protesto. Mas quando? Onde se esconder? Para onde ir? Como arrumar proteção? São bem conhecidas as ações de fazendeiros e autoridades – através de capitães do mato e, em algumas regiões do Caribe, fazendo uso até de cachorros – para perseguir fugitivos. Nas cidades, os obstáculos eram grandes. Com tantos africanos e crioulos, entre becos e vielas – carregadores de cargas, quitandeiras e outros tantos trabalhadores urbanos –, não era

fácil identificar um fugido. Eram ao mesmo tempo presentes e invisíveis. Nas áreas rurais, as dificuldades mudavam de lugar, ficando o fugitivo entre uma vida movediça e sempre improvisada; andando sozinho ou em dupla pelas matas, tentando fazer alianças para obter proteção junto a pequenos lavradores ou escravos nas plantações e nas fazendas que visitavam à noite.

Outras experiências tiveram aqueles que escaparam (muitas vezes coletivamente) e formaram comunidades, procurando se estabelecer com base econômica e estrutura social própria. Nas Américas se desenvolveram pequenas, médias, grandes, improvisadas, solidificadas, temporárias ou permanentes comunidades de fugitivos que receberam diversos nomes, como cumbes na Venezuela ou palenques na Colômbia. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos foram denominados maroons. Na Guiana holandesa – depois Suriname – ficaram também conhecidos como bush negroes. No Caribe francês o fenômeno era conhecido como maronage; enquanto em partes do Caribe espanhol – principalmente Cuba e Porto Rico – se chamava cimaronaje. Muitos estudiosos classificaram as fugas escravas nas Américas de grand marronage, que seriam as comunidades de fugitivos estáveis e mais duradouras, e a petit marronage, de grupos pequenos, formados de escapadas temporárias daqueles que retornavam à condição de cativos. Desde os primórdios da ocupação e da utilização de escravos há registros da grand marronage, com destaque para alguns de seus líderes, que amedrontavam as autoridades coloniais. No século XVI, temos no Panamá o africano chamado Bayano, enquanto na Venezuela coube a liderança a um escravo crioulo chamado de rei Miguel. No início do século XVII, em Vera Cruz, no México, os cimarrones eram comandados por Nyanga, enquanto anos antes, na Colômbia, um grande palenque foi chefiado por Benkos Biaho. Na Jamaica, durante a disputa entre espanhóis e ingleses, os maroons chefiados por Juan de Bolas tinham uma movimentação intensa. Já na ilha de Saint-Domingue, em meados do século XVIII, a maronage floresceu com o líder Makandal.

No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e depois quilombos. Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. (...) Mas sabemos pouco sobre como os fugitivos se auto-denominavam e menos ainda por que os termos africanos mocambos/ quilombos se difundiram no Brasil, diferente de outras áreas colonizadas por espanhóis, franceses, holandeses e ingleses que também receberam africanos centrais e tiveram comunidades de fugitivos. Uma explicação seria a disseminação dessas terminologias a partir da administração portuguesa. A palavra seria utilizada para caracterizar tanto as estratégias militares – acampamentos – na África pré-colonial como aquelas da resistência à escravidão na

América portuguesa. (...) O historiador Stuart Schwartz chamou a atenção para o fato de que ao longo do século XVIII – na documentação colonial – as comunidades de fugitivos foram denominadas ao mesmo tempo mocambos, principalmente na Bahia, e quilombos em Minas Gerais; e o termo quilombo apareceu em Pernambuco somente a partir de 1681. (...)

Os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de um mocambo, formado na Bahia. A necessidade de mão de obra ficava ainda mais dramática com o aumento continuado das fugas. Ainda em fins do século XVI, o rei de Portugal argumentava que os colonos estavam ficando pobres, pois não conseguiam impedir as sucessivas escapadas de seus cativos. Em resposta, as autoridades coloniais garantiam que havia, de fato, obstáculos – considerados inimigos – da colonização, sendo o principal deles os “negros de Guiné” (como eram chamados em geral os africanos escravizados), fugitivos que viviam em algumas serras e faziam assaltos às fazendas e engenhos.

Havia tantos mocambos e quilombos, e por toda parte – atraindo cada vez mais fugitivos –, que as autoridades coloniais os chamavam de “contagioso mal”. Lavradores enviavam petições, reclamando não suportarem tantas deserções. E havia quem alegasse que tratava bem seus escravos – com sustento, vestuário, assistência nas enfermidades e castigos com moderação –, mas de nada adiantava, pois os quilombos/ mocambos continuavam a atraí-los. Contudo, nem toda fuga gerava um quilombo e nem todo fugitivo planejava ir em direção àqueles já existentes. Fugir era uma ação muitas vezes planejada, não significando um simples ato de desespero diante de castigos. Havia ocasiões consideradas propícias e muitas escapadas coletivas foram antecedidas de levantes ou motins. Em 1585, há indicações de que os fugidos que estabeleceram um mocambo tinham participado antes de uma revolta no recôncavo da Bahia. (...)

Períodos de conflitos coloniais foram determinantes para o aumento das fugas – principalmente as coletivas – e o crescimento dos quilombos. Em Pernambuco, a invasão holandesa e as batalhas coloniais decorrentes provocaram caos e deserções em vários engenhos. No século imperial, no período da Regência – com revoltas rurais em Pernambuco e Alagoas (Cabanada), no Maranhão (Balaiada), no Rio Grande (Farroupilha) e no Grão-Pará (Cabanagem) –, houve o recrudescimento das deserções. Os escravos percebiam que os senhores estavam divididos e as tropas, desmobilizadas para a repressão; portanto, havia maior possibilidade de sucesso para suas escapadas. De norte a sul, conflitos de fronteiras também facilitaram e muitos quilombos de determinadas regiões – países – foram estabelecidos por fugitivos de outras áreas.

Assim foi nas fronteiras da Argentina e mais ainda do Uruguai, com muitos escravos escapando durante a guerra Cisplatina. Na época da independência (1822-3) e mais ainda durante a guerra do Paraguai (1864-70) houve aumento das deserções, inclusive de escravos que tentavam se passar por livres e se alistar nas tropas, aliás recheadas de libertos e de homens negros e mestiços livres. No Mato Grosso, perto do teatro de guerra há registros de quilombos formados por desertores militares.

Houve mesmo muitos quilombos originados de insurreições. Se a revolta já atemorizava fazendeiros e autoridades – ainda mais nas áreas urbanas –, a possibilidade de uma rebelião virar um quilombo ou, pior, um quilombo se transformar num deliberado ataque às vilas, fazendas e cidades era amedrontadora. Em fins do século XVII, as autoridades baianas ficaram apavoradas com um levante com mais de cem escravos e a comunicação que eles estabeleceram com os quilombos em Camamu. Em Minas Gerais, em 1756, temia-se que escravos e quilombolas se articassem para uma insurreição. Em 1771, no Grão-Pará, houve notícia de um plano geral de revolta escrava, no qual se aguardava auxílio dos quilombolas situados nos rios que banhavam a cidade de Belém. Em fins de 1795, em Macapá, temia-se que os quilombolas se aproximassem da cidade para fazer tumultos na noite de Natal. Em São Paulo, rumores de revoltas se misturaram com notícias sobre quilombos – tanto em 1809 como em 1820 –, pois supostamente uma insurreição eclodiria e os quilombolas ajudariam a invadir a vila de Itu. Em Salvador, a coisa ficou mais séria com as alianças entre quilombolas e cativos rebelados. Em 1808, organizava-se um quilombo no rio da Prata, próximo à vila de Nazaré das Farinhas, formado por africanos haúsas refugiados das áreas urbanas e outros de engenhos do Recôncavo. No ano seguinte, cerca de trezentos quilombolas tentaram atacar a vila, mas foram combatidos, havendo mortes e a captura de pelo menos 95 deles. Em 1814 foi descoberto um plano de levante no qual os africanos – com destaque para aqueles que trabalhavam ao ganho na cidade – se articulavam com os quilombolas dos subúrbios. Anos depois quase eclodiria uma insurreição urbana a partir de um quilombo. Em 1826, descobriu-se uma conexão de habitantes do quilombo do Urubu – nas vizinhanças de Salvador – com os escravos urbanos. Na província do Espírito Santo, em 1827, na comarca de São Mateus, temeu-se que os quilombolas invadissem as fazendas e mobilizassem os escravos para uma grande revolta. No século XIX mais revoltas tiveram como desdobramento fugas coletivas e quilombos. Uma na vila de São Carlos, em São Paulo, em 1832, quando cativos de várias fazendas planejaram uma revolta e um dos objetivos era de se reunirem num quilombo. A conspiração foi abortada. A outra foi em Vassouras, no Rio de Janeiro, no coração da economia cafeeira, onde mais de quinhentos escravos de duas fazendas do comendador Manoel Francisco Xavier, em 1838, se sublevaram, mataram feitores, arrombaram paióis e reuniram mantimentos fugindo em direção à floresta para erguer um grande quilombo. Perseguidos impiedosamente, quase todos

foram capturados em menos de uma semana. Em 1864, entre rumores da guerra civil norte-americana que alcançavam os escravos no Brasil, na região de Serro em Minas Gerais temia-se que houvesse contactos dos escravos com os quilombolas da região. Já em 1867, ainda na atmosfera e repercussões da Guerra do Paraguai, os quilombolas do Maranhão abandonaram seus mocambos e atacaram fazendas na comarca de Viana, realizando saques. Chegaram a escrever um manifesto contra o governo da província.

Os prejuízos para os donos dos escravos que se refugiavam nos mocambos não eram poucos devido à frequência e ao volume de suas escapadas, e também aos longos períodos de ausência. Comprar escravos, investir recursos e se endividar, precisar deles para as lavouras e acabar os vendo escaparem à luz do dia certamente desesperou muitos fazendeiros. Para o escravo, o sucesso da escapada dependia de vários fatores: ocasião oportuna, apoio de acoitadores eventuais e solidariedade de outros escravos, além de estratégias para permanecer oculto o maior tempo possível. São vários os registros de pequenos grupos de foragidos que atravessavam regiões, migrando permanentemente, procurando abrigos e sobrevivendo. Grupos maiores tinham mais sucesso em constituir moradias e base agrícola. A expectativa inicial de se ocultar se juntava com a ideia de se estabelecer em locais protegidos diante da repressão de capitães do mato. Mas tais comunidades nunca foram totalmente fixas; pelo contrário, a mobilidade foi fundamental. A natureza (fauna e flora) era aliada dos quilombolas, pois áreas de planaltos, montanhas, pântanos, manguezais, planícies, cavernas, morros, serras, florestas, rios etc. eram transformadas em refúgios.

O surgimento de um quilombo atraía a repressão, assim como mais fugas para ele. Isso era o que talvez mais causasse preocupação aos fazendeiros. Cativos desertores diminuía a força de trabalho disponível; além disso, quilombos na vizinhança funcionavam como polo de atração para mais e novas escapadas. Notícias sobre quilombos se espalhavam em várias regiões. Há mesmo registros de africanos escravizados recém-desembarcados do tráfico atlântico, que acabavam logo fugindo para eles. Quilombos eram sinônimos de transgressão à ordem escravista. Também não era incomum que habitantes de quilombos de recente formação se agrupassem para atacar fazendas e engenhos, arregimentando mais escravos. Em Pernambuco, no final do século XVII, dizia-se que os quilombos multiplicavam o número de habitantes, pois muitos escapavam “levados do amor da liberdade”, outros por temer o castigo de seus senhores, além das expedições feitas pelos quilombolas mais antigos, que tanto induziam aqueles que estavam nas senzalas a escapar como realizavam sequestros para aumentar a população dos mocambos.

Bem menos conhecidos – embora existam remanescentes atuais em Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Recife, São Luís e Rio de Janeiro –, os quilombos

suburbanos proliferaram. Unidades móveis que se formaram no Brasil oitocentista, principalmente nas grandes cidades escravistas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, eram espaços de esconderijo para os milhares dos fugidos noticiados na imprensa diariamente. (...) Com a proximidade urbana, negociavam os produtos de suas roças e frutas silvestres com taberneiros, viajantes e escravos ao ganho. Já no Rio Grande, nas circunvizinhanças de Porto Alegre, na década de 1830, os quilombolas do Negro Lucas, na ilha dos Marinheiros, foram acusados de pequenos roubos, venda de produtos e prestação de serviços para lavradores locais. Em 1879 as denúncias partiram do centro da cidade, com os jornais noticiando sobre quilombolas que rondavam as ruas Direita, da Igreja e do Arvoredo. No Pará, na cidade de Belém, faziam o mesmo vagando pelos bairros da Campina, Umarizal, Utinga e Pedreira. Os quilombos suburbanos de Salvador – na Bahia – foram os mais famosos desde o século XVIII, comunicando-se com escravos que trabalhavam ao ganho. Com semelhantes conexões, especialmente envolvendo quitandeiras, foram denunciados os ajuntamentos de fugitivos que se formaram nos arrabaldes da cidade de São Paulo, alcançando as áreas do Bexiga e de Santana. Já nos subúrbios de Recife, tal movimentação teve nome e líder, com o quilombo do Catucá comandado por Malunguinho, como era chamado seu temido chefe. Em São Luís, no Maranhão, os ajuntamentos suburbanos se concentravam na área do Bacanga, entre os quais o quilombo da Sumaumeira, que contou com o apoio de abolicionistas no final do século XIX.

Mais interessada em analisar os grandes e populosos quilombos, a historiografia da escravidão no Brasil deu pouca atenção aos pequenos quilombos que se incrustavam nos morros e encostas das cidades escravistas. Eles surgiam e desapareciam aos olhos das autoridades, dos senhores que reclamavam do sumiço de seus escravos, da imprensa que denunciava ou mesmo de viajantes que aqui passavam e bem sabiam disso tudo. Talvez pela invisibilidade, mobilidade, escassas informações e fontes mais sistemáticas, ou por sua suposta incapacidade de destruir ou resistir ao sistema escravista, são poucas as abordagens sobre os quilombos nas ambiências urbanas.

Flávio dos Santos Gomes, *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*, São Paulo: Edit. Claro Enigma, 2015, pp. 7-18.

Texto 5. Palenques y Cimarronaje: procesos de resistencia al sistema colonial esclavista en el Caribe Sabanero (Siglos XVI, XVII y XVIII)

[O *Caribe Sabanero* é uma região da parte setentrional da América do Sul repartida entre a Colômbia e a Venezuela]

Los dos principales conceptos que guiaron el rumbo de investigación sobre la presencia de negros esclavizados y sus correspondientes asentamientos a lo largo del territorio de la Nueva Granada fueron: los palenques y el cimarronaje. Estos procesos iniciaron en el siglo XVI, pero es en el XVII cuando se evidencian las mayores expresiones de resistencia por parte de negros esclavos prófugos (cimarrones) frente al sistema colonial a través de la conformación de palenques (Navarrete, 2003).

El cimarronaje se refiere a los procesos de resistencia frente al sistema colonial neogranadino (Arrázola, 1986) en que los esclavos negros se fugaban de sus amos; “proceso por medio del cual los esclavos huían de la tutela de sus propietarios.” (Navarrete, 2001: 88). El historiador inglés Anthony McFarlane (1991) establece dos tipos de razones por las que los esclavos huían: la primera alude a un escape temporal, colectivo o individual, con el objetivo particular de intentar regular, mejorar o cambiar el trato que recibían los esclavos por parte de sus amos; la segunda razón era escapar permanentemente de la esclavitud.

Esta dinámica de sublevación y fuga de los negros esclavizados, ya denominada y establecida como cimarronaje, conllevó a la consolidación y reconocimiento de una nueva forma de organización social en la colonia: los palenques. Explica McFarlane que aquellos cimarrones que querían romper con el sistema colonial que los apresaba, también aspiraban a la conformación de comunidades autónomas. Navarrete lo expone de la siguiente manera:

(...) cuando un número significativo de esclavos conseguía ponerse de acuerdo con sus intenciones de escapar después de superar las dificultades de la fuga, buscaba la forma de refugiarse en espacios de geografía difícil aunque con posibilidades de sobrevivencia, no muy distante de las estancias agrícolas, para construir palenques, reductos de libertad.

(Navarrete, 2003: 79)

McFarlane (1991), Navarrete (2001, 2003) y Arrázola (1986) exponen que el cimarronaje y palenques fueron mecanismos empleados por los negros esclavizados durante la colonia como expresiones de sublevación ante el sistema económico y

social de la época. El cimarronaje fue una estrategia para mejorar sus condiciones de vida, ya fuera a través de la fuga permanente o como medio para que los amos mejoraran las condiciones de vida de los esclavos maltratados (McFarlane, 1991). Desde la perspectiva de Navarrete y Arrázola, los palenques tenían características diferentes, ya que condensaban aquellos cimarrones que tenían la convicción de vivir aislados del sistema colonial esclavista, y constituir espacios autónomos de vida social, económica y productiva en territorios alejados de la autoridad colonial... (Navarrete, 2003).

El objetivo de esta presentación es visibilizar aquellas estrategias de resistencia realizadas por parte de una comunidad que carecía de las condiciones necesarias para una vida digna; y que a través de la implementación de lógicas de sublevación trataban de direccionar la búsqueda de espacios alternativos a los desarrollados por el sistema colonial. En este caso, ya fuese la instauración de una sociedad autónoma dentro de un territorio determinado, o la mejoría de sus respectivas condiciones de vida. (...)

5.1 Constitución del cimarronaje y los palenques en el Bolívar Sabanero (Siglos XVI y XVII)

Como fenómeno de resistencia de las poblaciones negras esclavizadas, el cimarronismo estuvo presente al norte del Nuevo Reino de Granada desde finales del siglo XVI, cuando los esclavos prófugos se iban convirtiendo en un gran problema para la sociedad de la costa caribeña. Diversos grupos de académicos que han reconstruido la historia colonial de las comunidades negras en Colombia, como María del Carmen Borrego Plá (1973 y 1994), han argumentado que los grupos de negros esclavizados al escapar de sus dueños construían palenques en zonas aledañas a los centros poblados con el objetivo de mantener algún tipo de contacto económico y social con estos.

En esta época el puerto de Cartagena era uno de los centros de mayor movimiento de esclavos en el continente, por ende, se convirtió rápidamente en uno de los polos de rebelión y huida de esclavos durante el periodo colonial. En 1570 esta ciudad condensaba aproximadamente unos ochocientos esclavos negros, más otros cuatrocientos que a lo largo de ese año fueron tomados de palenques cercanos. Este número se elevó a 1.776 esclavos entre 1589 y 1595; desde esta última fecha y hasta 1600 desembarcaron en este puerto 15.445 esclavos, número que ascendió a 35.311 entre 1604 y 1640 (Borrego Plá, 1994). A partir de esta dinámica de recepción de esclavos negros procedentes del África, la ciudad de Cartagena se fue convirtiendo en el principal puerto de comercialización de esclavos negros en el Nuevo Reino de Granada durante los siglos XVI y XVII. (...)

En 1580, se tiene conocimiento de una expedición para destruir un palenque establecido en las cercanías de la barranca de Malambo, asimismo, en 1588 se conoce de otra expedición militar contra reductos de esclavos fugitivos en la zona de Santiago de Tolú. Del mismo modo, se identifica que en 1590, el Cabildo de Cartagena dicta una serie de ordenanzas contra los esclavos que habían escapado de sus dueños, enviando una comisión para la aprehensión de los asentados en los arcabucos alledaños de la provincia (Borrego Plá, 1973). Cada una de estas ordenanzas evidencia que en la segunda mitad del siglo XVI, específicamente a finales del mismo, se fue consolidando la problemática de la huida, resistencia y ataque de los esclavos negros hacia la población residente en los centros económicos y políticos de la época, así como la respuesta de la élite blanca hacia estos asentamientos. Toda esta dinámica hizo que se fueran consolidando refugios de cimarrones en las afueras de las villas como válvula de escape y resistencia a las lógicas de esclavitud. (...)

Tras la consolidación de los palenques y los reiterados ataques a la ciudad de Cartagena, esta dinámica permitió la multiplicación de los mismos a finales del siglo XVII, creando tres grandes regiones de influencia de los grupos cimarrones identificados por las autoridades de la provincia de Cartagena: compuestos por los palenques de Matudere y Betancur, situados en la Sierra de Luruaco, y compuestos exclusivamente por criollos [negros esclavizados que nacieron y vivieron en el Nuevo Reino de Granada, y no provienen directamente del continente africano] situados en la Sierra de María, donde los palenques más reconocidos y nombrados por la literatura y las autoridades de la época eran San Miguel y Domingo Angola (Arenal). Eran principalmente dos palenques que estaban situados en la Serranía de San Lucas, entre los ríos Magdalena y Nechí. A continuación se expondrá la presencia de los palenques ubicados en estas tres grandes regiones en el Bolívar Sabanero.

5.2 Palenque de San Miguel Arcángel y la Otra Banda: puntapié para la constitución de San Basilio de Palenque en los Montes de María (Finales del Siglo XVII y comienzos del XVIII)

La constitución del palenque de San Miguel Arcángel se relaciona con la existencia de varios palenques en la Sierra de María, así como algunos constituidos en la banda derecha del río Magdalena (la Otra Banda). Los dos palenques de la Otra Banda eran los de Gambanga y La Magdalena, éste último ubicado a orillas del río, a seis leguas de su desembocadura y dentro de la jurisdicción de Santa Marta.

A mediados del siglo XVII ya existía el palenque de Domingo Angola (Arenal) y el de Joyanca; posteriormente se constituyeron los de San Miguel y Duanga, al lado

izquierdo del río Magdalena. En este mismo lugar también existió el palenque de Manuel Embuyla, cuando a finales del siglo XVII los cimarrones de la Sierra de María fueron atacados por la gobernación de Cartagena, haciendo que los pobladores se reagruparan en otros palenques como los de Arroyo Piñuela y Zaragocilla (Navarrete, 2008).

(...) La fundación del palenque de San Miguel Arcángel data entre 1655, cuando varios grupos cimarrones se pasaron de la banda derecha (gobernación de Santa Marta) a la izquierda (gobernación de Cartagena), y 1674, cuando fueron atacados y destruidos los palenques de San Miguel, Joyanca y Domingo Angola (Arenal). Después de la reconstrucción de los palenques, Domingo Criollo fundó el de San Miguel Arcángel, que luego se convertiría en el palenque más extenso e importante de toda la Sierra de María.

A medida que se consolidaron los palenques en esta localidad, desarrollaron una economía específica y detallada. En términos generales, se mantenían de la caza, la pesca y la agricultura. El reconocimiento del territorio y su explotación fueron claves de la constitución de una economía recolectora y agrícola de subsistencia. Como se describió antes, los cimarrones establecieron relaciones económicas con las estancias de blancos alrededor de la Sierra de María; desarrollaron dinámicas de intercambio durante casi un siglo, formando una red económica dentro del sistema colonial.

Después de numerosos enfrentamientos entre la gobernación de Cartagena y los palenques de la Sierra de María, en 1694 fue conquistado y destruido el palenque de San Miguel de Arcángel. Los sobrevivientes de estos palenques quedaron esparcidos hasta que finalizando la década de 1690, grupos cimarrones repoblaron el palenque de San Miguel de Arcángel junto a los nuevos cimarrones escapados de las estancias cercanas a la Sierra de María.

A principios del siglo XVIII este palenque condensaba un número importante de cimarrones, y el capitán general de Cartagena estaba en una encrucijada: atacar militarmente el palenque y recomenzar un sinnúmero de enfrentamientos, o lograr la pacificación de los cimarrones por medio de un indulto. El 21 de noviembre de 1713, el gobernador de Cartagena ordena al capitán Alfonso de Guzmán escribir al palenque de San Miguel de Arcángel para que establecieran un acuerdo de paz entre las dos partes, bajo amenaza de ataque. El 9 de diciembre del mismo año, un grupo de cimarrones visitó en Cartagena al obispo de la ciudad, don Antonio María Cassiani, para desarrollar un acuerdo de paz. El gobernador de Cartagena decidió subdelegar su jurisdicción en el obispo para que este pudiera negociar con el palenque de San Miguel de Arcángel.

El 22 de diciembre de 1713 se expidió un documento donde se concedía el indulto y se permitía el comercio con los españoles a todos los cimarrones que

habitaban en el palenque de San Miguel de Arcángel. El 17 de enero de 1714, el obispo Antonio María Cassiani llegó al palenque de San Miguel de Arcángel donde, con el caudillo criollo Nicolás de Santa Rosa, discutieron y aprobaron un acuerdo de paz. Este mismo día erigieron la iglesia del pueblo, nombrando a don Isidro de Osorio, sacerdote de la orden de San Basilio, como párroco de la población a la que denominaron San Basilio Magno. Con este acuerdo de paz, se legitimó la existencia del palenque de San Miguel Arcángel (ahora llamado San Basilio Magno), considerado parte del sistema colonial y sujeto a la legislación española. (...)

Durante más de dos siglos, la relación entre las comunidades palenqueras y las autoridades coloniales se caracterizó por la tensión y la guerra; pero cuando San Miguel de Arcángel fue reconocido y se convirtió en espacio libre de cualquier hostigamiento por parte del sistema colonial, marcó un hito en más de doscientos años de historia de los palenques como mecanismos de resistencia y autonomía territorial.

Alen Castaño, “Palenques y Cimarronaje: procesos de resistencia al sistema colonial esclavista en el Caribe Sabanero (Siglos XVI, XVII y XVIII)”, *Revista CS*, nº 16, mayo - agosto, 2015, pp. 61-86.

Obras citadas no texto:

- ARRÁZOLA, R. (1986). *Palenque, primer Pueblo libre de América*. Bogotá, Colombia.
- BORREGO PLÁ, M. C. (1973). *Palenques de negros en Cartagena de Indias a fines del siglo XVII*. Sevilla, España: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla.
- BORREGO PLÁ, M. C. (1983). *Cartagena de Indias en el siglo XVI*. Sevilla, España: Escuela de Estudios Hispano-americanos.
- MCFARLANE, A. (1991). “Cimarrones y palenques en Colombia: siglo XVIII”. *Revista Historia y Espacio*, 14, 53-78.
- NAVARRETE, M. C. (2001). “Cimarrones y palenques en las provincias al norte del Nuevo Reino de Granada siglo XVII”. *Revista Fronteras de la Historia*, 6, 97-126.
- NAVARRETE, M. C. (2003). “Los palenques. Reductos libertarios en la sociedad colonial, siglos XVI y XVII”. *Revista Historia y Sociedad*, 7 (14), 77-96.
- NAVARRETE, M. C. (2008). *San Basilio de Palenque: Memoria y Tradición. Surgimiento y avatares de las gestas cimarronas en el Caribe colombiano*. Cali, Colombia: Programa Editorial Universidad del Valle.

Texto 6. San Basilio de Palenque

San Basilio de Palenque es un corregimiento [circunscripción política y territorial bajo el mando y jurisdicción de un corregedor] del municipio de Mahates, en el departamento de Bolívar, a 50 km al suroriente de la ciudad de Cartagena (Colombia). El casco urbano de San Basilio de Palenque, está dividido en dos barrios, Barrio Arriba y Barrio Abajo, separados por la iglesia y el puesto de salud. Las casas tradicionales del Palenque están hechas de paredes de bareque y un techo cónico hecho de palma; tienen un patio, un solar y una empalizada. Generalmente, la cocina consiste en un rancho con techo, ubicado en el patio trasero de la casa, en el que ubica un fogón con la leña para la cocción de los alimentos.

En el actual territorio colombiano, los palenques se crearon entre los siglos XVII y XVIII, como una forma de resistencia anticolonial de los cimarrones. Pese a su fuerte incidencia en el orden establecido para la época, y los múltiples mecanismos de represión utilizados para controlar la rebelión de los cimarrones, los palenques lograron consolidarse como un espacio de libertad y recreación de diversos usos y costumbres heredados de África.

Los palenques se ubicaron en lugares inhóspitos, de difícil acceso, alejados de las rutas comerciales y de los organismos de control social propios del sistema colonial. Sin embargo, su existencia incitaba nuevas fugas y promovía revueltas. Por tal motivo, la mayoría de los palenques fueron objeto de múltiples excursiones guerreras u otras formas de represión a las cuales debieron resistir creando sistemas complejos de defensa, en manos de los hombres, quienes debían servir de vigilantes y protectores del perímetro de residencia.

San Basilio de Palenque fue fundado por Benkos Bioko (también conocido como Domingo Biohó, nacido en la segunda mitad del siglo XVI, en la región de Biohó, en las islas Bijagós, Guinea-Bissau), líder del movimiento cimarrón en el Caribe. Su figura es constantemente referida en los relatos orales de la cultura palenquera, y en sus referencias identitarias como el hombre que guió a sus ancestros a la autonomía y libertad, al guiarlos a los terrenos cenagosos de los Montes de María.

El palenque de San Basilio no fue el único que fue creado en la época de la Colonia. Sin embargo, es único conocido de manera generalizada por haber sido el Primer Pueblo Libre de América; por haber sido el único que conservó hasta la actualidad su lengua con raíces africanas, y por haber sido declarado en el 2005 Obra Maestra del Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad.

República de Colombia, Ministerio de Cultura, 2010.

Texto 7. San Lorenzo de los Negros

En Veracruz, México, bajo el sistema virreinal, una rebelión de esclavos negros liderados por Yanga, logró - tras 30 años de lucha – la fundación del pueblo San Lorenzo de los Negros (hoy Yangá), el primero que vivió con autonomía y con reconocimiento oficial español.

Hacia 1579, Gaspar Yanga (también mencionado como Nyanga o Yangá) llegaba a Veracruz como esclavo, era uno de los cientos de jóvenes provenientes de África Central. Se lo ha descrito como un hombre alto, fuerte e inteligente. Pronto aprendió la lengua española y pudo huir al monte, volviéndose cimarrón y uniéndose a las numerosas pandillas cimarronas que andaban por entonces en las cercanías del puerto de Veracruz.

Tomó el liderazgo de la Rebelión de Cimarrones en México, que aparte de algunos cultivos, sobrevivían de los asaltos a las haciendas de la rica zona agrícola y azucarera de Córdoba y Orizaba y a los cargamentos que iban y venían entre la ciudad de México y el puerto de Veracruz.

A principios del año 1609 corría el rumor de que los cimarrones planeaban un levantamiento para derrocar a las autoridades virreinales y nombrar a Yanga como Rey. Para ese entonces Yanga era el líder moral de la causa libertaria, el jefe militar era Francisco de la Matosa, originario de Angola que se había unido al grupo en el año 1600, su lugarteniente era Ñanga, hijo de Yanga. La situación era insostenible para las autoridades virreinales ante la inquietud que generaba entre los hacendados de la región e incluso en la ciudad de México.

Se dispuso el envío de una expedición militar desde la ciudad de Puebla al mando del capitán Pedro González de Herrera. El 23 de febrero de 1609 asaltaron el palenque de Yanga. Fácilmente superados, los cimarrones se retiraron. La Rebelión no había sido sofocada. A los españoles no les quedó más remedio que echar su furia sobre el campamento desierto, quemaron las 60 casas y arrasaron con las plantaciones.

No se sabe la manera como Yanga hizo llegar a los españoles las condiciones de su rendición. Lo cierto que al virrey le llegó el texto: sólo podían abandonar la lucha si las autoridades les ofrecían la amnistía, la libertad total y el derecho de crear para sí una villa con suficientes tierras para criar a sus hijos en paz y como buenos sujetos del

rey y de la Iglesia; que en este pueblo no debía entrar ningún español; que el gobierno de su pueblo debía quedar en manos del mismo Yanga y, luego de él, en las de sus descendientes; que les daban un plazo de un año (es decir hasta 1610), al cabo del cual reanudarían las hostilidades... Como contrapartida, los cimarrones se comprometieron a ayudar a las autoridades a capturar los esclavos que en adelante se seguirían huyendo de sus amos, renunciando ellos mismos a la rebeldía. La Corona española aceptó.

El 3 de octubre de 1631 se reconoció como pueblo libre a San Lorenzo de los Negros – después su nombre fue cambiado a San Lorenzo Cerralvo, hoy Yanga –, allí *“vivieron con derechos muy similares a los de españoles peninsulares; contaban con propiedades, caballos, de hecho tenían su propia reina, leyes y gobernante: Yanga era el jefe del pueblo”*.

<https://pueblosoriginarios.com/biografias/yanga.html>

Texto 8. Insurreições negras no Brasil

Se Palmares foi o maior símbolo da resistência contra a escravidão na sociedade colonial, variadas foram as formas de luta direta contra o sistema escravista. Fugas, organização de quilombos e revoltas aconteceram em qualquer local onde houvesse escravidão. Mesmo que não tenham tido êxito completo, esses movimentos transformaram a dominação e deixaram notícias das ações e caminhos dos africanos rumo à liberdade, ao longo do período colonial e do século XIX.

1 - Quilombo de Palmares (Ngola Djanga) – Alagoas, 1580-1695

No sítio arqueológico da Serra da Barriga, em Alagoas, onde se localizava o antigo quilombo, hoje se situa o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. As primeiras referências históricas aos mocambos dos Palmares datam de princípios do século XVII, período de consolidação da produção de açúcar no Brasil e do uso de mão-de-obra escrava africana. A influência de formas de organização de reinos africanos da região do Congo-Angola na estrutura política de Palmares tem sido aventada por historiadores. As negociações de paz entre o governador de Pernambuco Pedro de Almeida e o líder de Palmares, Ganga-Zumba, em 1678, seguiram o protocolo político das guerras travadas pelos portugueses com os reinos africanos vizinhos à colônia portuguesa em Luanda. Zumbi teria sido o último chefe militar dos mocambos e acabou sendo derrotado pelas tropas do sertanista Domingos Jorge Velho, em 1695. Desde então, ainda que com diferentes ênfases, Palmares e Zumbi transformaram-se em ícones da resistência negra à escravidão, mesmo que o quilombo fosse marcado por intensa troca cultural entre africanos, seus descendentes, os povos nativos da América e os colonos moradores dos povoados vizinhos ou foragidos da guerra entre portugueses e holandeses. Desde o final do século XX, 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, foi transformado em Dia Nacional da Consciência Negra.

2 - Quilombo do Quariterê – Mato Grosso, 1730-1795

Liderado por Teresa de Benguela, a Rainha Teresa, o quilombo tinha uma avançada organização política (operava por meio de uma espécie de parlamento). Além de tentar resistir às investidas das forças coloniais (1770 e 1791), tinha uma forte relação comercial com as vilas da região. Chegou a reunir cerca de 200 africanos e indígenas.

Outros quilombos foram organizados na região de Mato Grosso durante os séculos XVIII e XIX, como, por exemplo, os quilombos "Mutuca" e "Pindaituba", situados na Chapada dos Guimarães, os "Sepoutuba" e "Rio Manso", próximos a Vila Maria (atual Cáceres).

3 - Revolta do Engenho Santana – Ilhéus/BA, 1789 e 1824

Localizado nas margens do Rio do Engenho, no município de Ilhéus, os escravos desse grande engenho se levantaram em duas ocasiões, 1789 e 1824, em ambas formando quilombos. No primeiro episódio, os rebeldes submeteram ao senhor um tratado com as condições sob as quais retornariam ao trabalho. Dentre elas, o reconhecimento de direitos ligados às condições de trabalho e de vida: diminuição do volume de tarefas, o cultivo de roças de subsistência, eleição do feitor e celebração de festa, sem que fosse necessário pedir licença.

4 - Revolta de Itapuã – Itapuã, Bahia, 1814

Um dos mais importantes levantes de escravos africanos na Bahia, levado a cabo principalmente por escravos de origem haussá, muçulmanos na sua maioria, teve como epicentro a vila de Itapuã, então cercada por fazendas e armações de pesca de baleia. Localizada no litoral norte da cidade de Salvador, Itapuã foi atacada pelos rebeldes, em 28 de fevereiro de 1814, que em seguida rumaram para o Recôncavo, com o objetivo de expandirem a revolta. Um contingente da cavalaria e milicianos controlaram os revoltosos, depois de grande combate nas margens do Rio de Joanes.

5 - Revolta das Carrancas – Minas Gerais, 1833

A revolta de Carrancas eclodiu nas propriedades da família Junqueira, na freguesia de Carrancas, em 13 de maio de 1833, sob a liderança do escravo Ventura Mina. O movimento começou na Fazenda Campo Alegre (não existe atualmente) e alastrou-se para a fazenda Bela Cruz, onde escravos das procedências crioula, mina, cassange, angola, benguela, congo e moçambique, invadiram a casa grande e mataram diversos membros da família Junqueira. As principais lideranças da revolta foram os escravos Joaquim Mina, Jerônimo, Roque Crioulo e Damião. Dezessete escravos foram presos e condenados à pena de morte por enforcamentos e outros quatro por açoites e ferros.

6 - Revolta dos Malês – Bahia, 1835

Próximo ao pé da ladeira da Praça, em frente ao atual Quartel General do Corpo de Bombeiros, na casa de dois libertos nagôs, teve início, na madrugada do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, a Revolta dos Malês, que é considerada a mais importante feita por escravos urbanos nas Américas. Foi organizada por africanos iorubás (chamados nagôs no Brasil), adeptos do Islã (os malês), mas contou com a participação de negros não muçulmanos, escravos e libertos, e alguns de outras nações que não os nagôs. Estima-se que os rebeldes tenham sido em torno de seiscentos, cerca de cinquenta morreram em combate e nove pessoas foram mortas por eles.

Em 14 de maio de 1835, no Campo da Pólvora, quatro africanos foram fuzilados, cumprindo-se assim a pena de morte a que tinham sido condenados por participação na Revolta dos Malês, ocorrida em janeiro do mesmo ano. Os corpos de Jorge da Cruz Barbosa (nome africano Ajahi, nagô, liberto, carregador de cal), Pedro (nagô, carregador de cadeira, escravo do comerciante inglês Joseph Mellors), Gonçalo (nagô, escravo de Lourenço de tal) e Joaquim (nagô, escravo de Pedro Luis Mefre) foram enterrados numa cova comum de um cemitério vizinho destinado a indigentes escravos e livres.

7 - Balaiada – Maranhão, 1838-1841

A Balaiada foi uma insurreição popular, sob a liderança de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, homem que fabricava balaios – cestas de vários trançados –, a que se juntaram trabalhadores livres, pessoas escravizadas e artesãos na busca pela liberdade e igualdade.

A revolta do Cosme, durante a Balaiada, foi a maior insurreição de negros da história do Império do Brasil. Entre dois a três mil quilombolas acompanharam Cosme Bento das Chagas (?-1842) no auge de sua luta pela liberdade dos escravizados, e pelos direitos dos camponeses e vaqueiros pobres. Dom Cosme era nativo do Sobral, no Ceará, e forro. Apesar dele e muitos quilombolas serem “crioulos”, havia entre eles também muitos africanos, como se observa pelas listas dos presos. Eram Angolas, Congos, Cambindas, Mandingas e Nagôs. Desde antes da Balaiada, escravos fugidos tinham se aquilombado nas “matas de Codó”, no Ceará, em lugares ainda não identificados. Durante a Balaiada, Cosme estabeleceu seu quartel general na fazenda da Lagoa Amarela, próximo aos rios Munim e Mearim no Maranhão, Vale do Itapecuru. Ele foi preso com os últimos remanescentes do seu exército no dia 7 de fevereiro 1841.

Cosme foi condenado à forca por um tribunal na vila e cabeça de comarca do Itapecuru- Mirim (Maranhão) e executado, na Praça do Mercado, em setembro 1842.

8 - Revolta de Manoel Congo – Rio de Janeiro, 1838

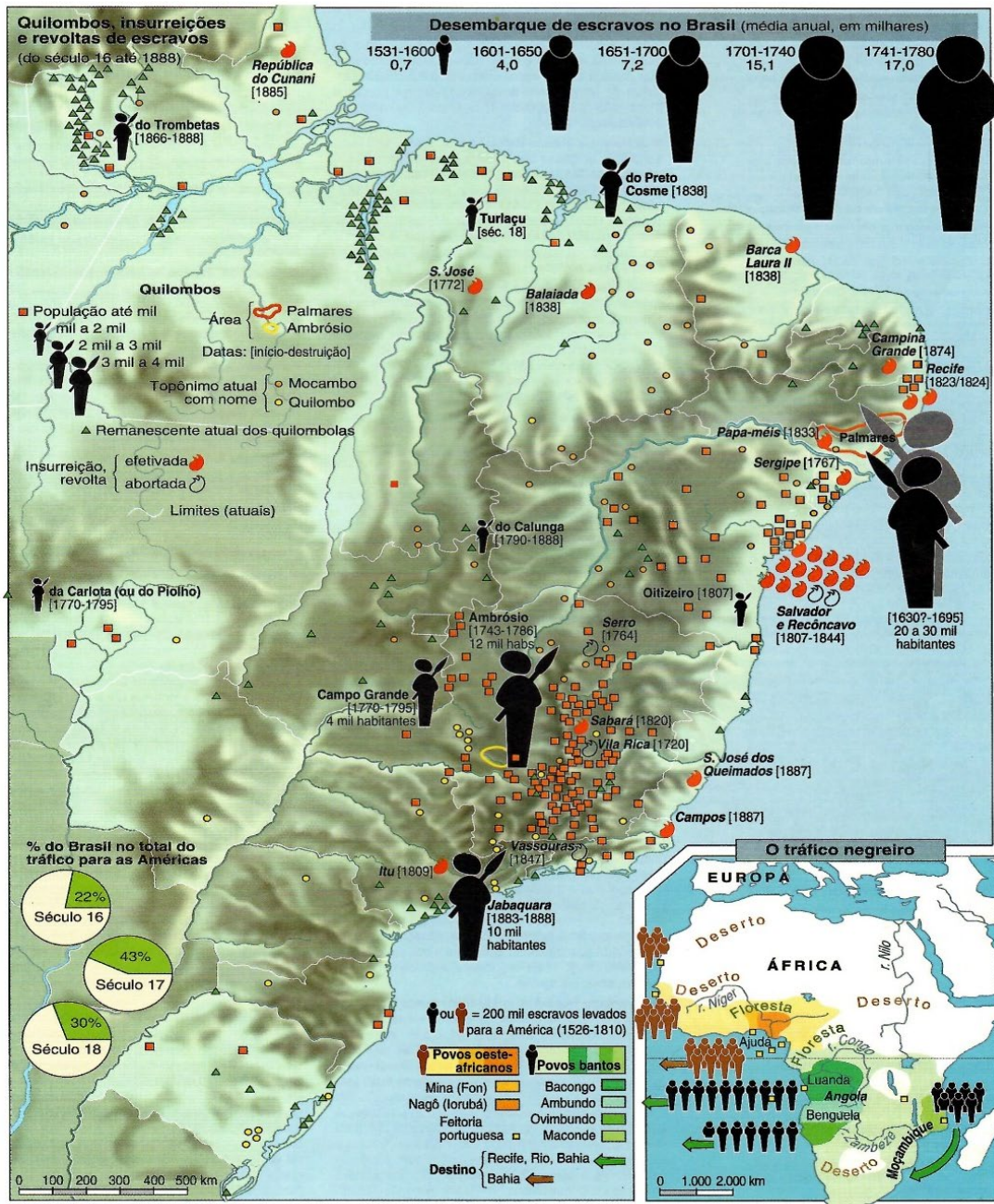
Em 5 de novembro de 1838, nas terras do Capitão-mor Manuel Francisco Xavier, um grupo de aproximadamente 80 escravos, fugiu para as matas próximas, conhecidas como matas de Santa Catarina. No percurso, roubaram mantimentos e equipamentos e uniram-se a escravos de outras fazendas. Pretendiam construir comunidades quilombolas. Entre todos os fugitivos, a maior parte era composta por africanos. O pânico entre autoridades e fazendeiros motivou uma rápida organização do aparato militar. Ainda em novembro de 1838, muitos fugitivos tinham sido mortos, presos e castigados. Manoel Congo, escravo com ofício de ferreiro, foi denunciado como o líder da revolta e o único a ser condenado à morte. Seu enforcamento foi em Vassouras, em 6 de setembro de 1839, em local conhecido como Largo da Pedreira e hoje transformado em memorial.

Fontes:

“Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil” -
http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/6_inventario_revoltas.pdf
“13 revoltas revolucionárias para o povo preto” –
<https://guianegro.com.br/13-revoltas-revolucionarias-para-o-povo-preto/>

Figura 2:

Quilombos e insurreições de escravizados no Brasil



Fonte: Atlas Histórico ISTOÉ Brasil 500 anos. <http://atlas.fgv.br>

Texto 9. Características das revoltas no Brasil

Os senhores tiveram de enfrentar maior ou menor resistência dos cativos – inclusive a resistência do dia a dia – em cada lugar em que a escravidão floresceu. Apesar de presentes em épocas anteriores, as revoltas escravas foram mais frequentes no último século da escravidão no Brasil.

As revoltas representaram o estilo mais radical de protesto coletivo dos escravizados, embora não fossem tão frequentes como os quilombos. Mas, como estes, elas – talvez na sua maioria – não previam a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade dos cativos nelas diretamente envolvidos. Muitas revoltas visavam tão somente corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos – às vezes a devolução de direitos costumeiros sonogados –, ou atacando senhores e feitores particularmente cruéis. Eram levantes que pretendiam reformar a escravidão, não destruí-la, movimentos emergenciais, embora não exactamente “espontâneos”. Consideramos também como temas aqui contemplados a conspiração escrava, o levante que não saiu do berço, e a preocupação, às vezes o desespero, dos homens livres com a possibilidade de levantes.

João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.) *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, Introdução.

Texto 10. Revuelta de esclavos de Santo Domingo

La revuelta de esclavos de Santo Domingo de 1521 en la colonia española de Santo Domingo, en la isla Hispaniola, tuvo lugar alrededor de la época de las festividades navideñas de 1521. Es la rebelión de esclavos más antigua registrada en las Américas. Pocos días después de la rebelión, las autoridades coloniales introdujeron un conjunto de leyes para evitar otro levantamiento. Se cree que estas son las primeras leyes supervivientes creadas para controlar a los africanos esclavizados en el Nuevo Mundo .

Existe cierto desacuerdo por parte de los historiadores sobre la fecha precisa de la rebelión. Algunas fuentes históricas afirman que la rebelión tuvo lugar el primer o segundo día de Navidad. Los historiadores contemporáneos generalmente marcan el aniversario de la rebelión como el 25 o 26 de diciembre, otras fuentes lo llaman la "rebelión de esclavos de 1522".

La rebelión comenzó en la Nueva Isabela plantación de azúcar (que se encuentra hoy en día en las afueras del noroeste de Santo Domingo de la ciudad), propiedad de gobernador de la colonia Diego Colón , descendiente de Christopher Columbus. El texto de las leyes de esclavos de 1522 describe que un "cierto número" de esclavos "acordaron rebelarse y rebelarse con la intención y el propósito de matar a todos los cristianos que pudieran y de liberarse y apoderarse de la tierra". Los documentos históricos presentan el levantamiento como una acción bien planificada y coordinada. La tradición oral local dice que la rebelión fue encabezada por María Olofa (Wolofa) y Gonzalo Mandinga, una pareja romántica, ambos musulmanes de la Nación wolof (grupo étnico de Senegâmbia).

El 6 de enero de 1522 (Día de los Reyes Magos también conocido como Epifanía), pocos días después del levantamiento, el gobernador de Santo Domingo, introdujo leyes estrictas destinadas a evitar que los "negros y esclavos" volvieran a levantarse. Se cree que estas son algunas de las primeras leyes creadas para controlar a los africanos esclavizados en el Nuevo Mundo. Las leyes de 1522 restringieron los movimientos físicos de los esclavizados, prohibieron a los esclavos portar armas y acceder a ellas, exigieron que los esclavizadores mantuvieran registros estrictos de esclavos e introdujeron un castigo severo en forma de tortura física y ejecución.

https://hmong.es/wiki/Slave_Rebellion_of_December_25,_1522

Texto 11. La primera rebelión de esclavos en la Ciudad de México

Los negros en la Ciudad de México, calculando su número, la debilidad relativa de las fuerzas de la colonia y teniendo la esperanza de contar con el apoyo de los indios, conspiraron secretamente contra los españoles para apoderándose de la tierra, y a este fin eligieron entre ellos un rey y prepararon armas para la sublevación. Las duras condiciones de trabajo forzado y servidumbre habían desarrollado entre ellos una gran tendencia por el uso y manejo de las armas, las rebeliones y la delincuencia, ejerciendo una enorme presión en la vida pública de la ciudad.

En esa época era común que las autoridades otorgaran el derecho de poseer y portar armas a aquellos negros, con el objeto de proteger a sus amos, muchos de ellos personalidades importantes y funcionarios destacados dentro de la sociedad novohispana. Pero pronto todos los esclavos se sentían con la plena confianza de llevar armas, por lo cual era cuestión de tiempo para que estallara una insurrección, que sin duda hubiera sido de grandes proporciones.

Sin embargo, el 24 de septiembre de 1537, uno de los negros denunció la conspiración al virrey Mendoza. Este último, comprendiendo la inmensa gravedad del peligro, envió algunos espías para tener total seguridad de la veracidad de la revelación. Inmediatamente después de que confirmó las sospechas, el escogido para rey (cuyo nombre desafortunadamente no se registra en la historia) y los principales conjurados fueron aprehendidos, y se alertó con correos a todos los pueblos y minas en donde había negros, encargando mucha vigilancia.

Confesaron los negros aprehendidos, y muchos de sus cómplices fueron denunciados por ellos mismos. Y entonces Antonio de Mendoza, presa del pánico, ordenó un terrible acto de crueldad: mandó reprimir con crueldad a los rebeldes, matando a multitud de aquellos hombres. Los principales protagonistas fueron descuartizados, y se enviaron a otros a los principales pueblos y minas para que sufrieran igual suplicio, y de esta forma sirviera de escarmiento a los demás esclavos.

Se cita un caso en donde, a las minas de Amatepec, en el actual Estado de México, mandó el Virrey a Francisco Vázquez de Coronado a que llevase hasta ahí 24 esclavos para asesinarlos. De igual forma, unos indios aprehendieron de entre los conjurados a cuatro negros y una negra que habían huido de la ciudad, y los mataron también por instrucciones de Mendoza, y con el objeto de que los cadáveres no se corrompiesen mientras los traían a presentar ante el Virrey, les pusieron sal como a la carne de res para conservarlos.

El temor del virrey fue tan grande que, en diciembre de ese mismo año, escribió al Rey de que no consintiese el envío de negros a la Nueva España, que se le remitiesen armas en la mayor brevedad y que le mandasen cargamentos de pólvora. Además dictó algunas disposiciones que limitaron la tenencia de armas en los esclavos. La severidad de su reacción se explica también por el peligro que representaba una posible alianza entre negros e indios, lo cual hubiera sido desastroso para las autoridades, al grado de perder la colonia.

Como vemos, la rebelión no prosperó. Es más, tan siquiera puede decirse que se llevó a cabo en la práctica como una insurrección, dado que fue denunciada antes de que se alzaran en armas. Pero lo relevante del asunto es que demostró que un movimiento social podía poner en jaque a las autoridades coloniales. La trata de esclavos africanos continuó por muchos años, y muchas más rebeliones estallaron por todo el territorio mexicano, algunos de ellos causando profundos dolores de cabeza a los gobiernos virreinales. La lucha contra la esclavitud en México fue larga, pero el reconocimiento pleno de los derechos fundamentales de las personas afrodescendientes dentro y fuera de nuestro país es un asunto que hasta nuestros días sigue pendiente.

<https://tlilxayac.com/cronica-de-la-primera-rebelion-de-esclavos-en-la-ciudad-de-mexico/>

Texto 12. Zumbi dos Palmares

Zumbi, também conhecido como **Zumbi dos Palmares** (1655 – 20 de novembro de 1695), foi um líder quilombola brasileiro, o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial.

O Quilombo dos Palmares, localizado na Capitania de Pernambuco, atual região de União dos Palmares, Alagoas, era uma comunidade, um reino formado por escravos negros que haviam escapado das fazendas e senzalas brasileiras. Ocupava uma área próxima ao tamanho de Portugal e sua população chegou a alcançar cerca de trinta mil pessoas.

Zumbi nasceu na Serra da Barriga, Capitania de Pernambuco, atual União dos Palmares, Alagoas, livre, no ano de 1655, mas foi capturado e entregue ao padre missionário português Antônio Melo quando tinha aproximadamente seis anos. Batizado 'Francisco', Zumbi recebeu os sacramentos, aprendeu português e latim, e ajudava diariamente na celebração da missa.

Por volta de 1678, o governador da Capitania de Pernambuco, cansado do longo conflito com o Quilombo de Palmares, se aproximou do líder de Palmares, Ganga Zumba, com uma oferta de paz. Foi oferecida a liberdade para todos os escravos fugidos se o quilombo se submetesse à autoridade da Coroa Portuguesa; a proposta foi aceita pelo líder, mas Zumbi rejeitou a proposta do governador e desafiou a liderança de Ganga Zumba. Prometendo continuar a resistência contra a opressão portuguesa, Zumbi tornou-se o novo líder do quilombo de Palmares.

Quinze anos após Zumbi ter assumido a liderança, o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho foi chamado para organizar a invasão do quilombo. Em 6 de fevereiro de 1694 a capital de Palmares foi destruída e Zumbi ferido. Apesar de ter sobrevivido, foi traído por Antônio Soares, e surpreendido pelo capitão Furtado de Mendonça em seu reduto (talvez a Serra Dois Irmãos). Apunhalado, resiste, mas é morto com vinte guerreiros quase dois anos após a batalha, em 20 de novembro de 1695. Teve a cabeça cortada, salgada e levada ao governador Melo e Castro. Em Recife, foi exposta a cabeça em praça pública no Pátio do Carmo, visando desmentir a crença da população sobre a lenda da imortalidade de Zumbi.

Em 14 de março de 1696, o governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro escreveu ao Rei:

Determinei que pusessem sua cabeça em um poste no lugar mais público desta praça, para satisfazer os ofendidos e

justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam Zumbi um imortal, para que entendessem que esta empresa acabava de todo com os Palmares.

Alguns autores levantam a possibilidade de que Zumbi não tenha sido o verdadeiro herói do Quilombo dos Palmares e sim Ganga-Zumba: *"Os escravos que se recusavam a fugir das fazendas e ir para os quilombos eram capturados e convertidos em cativos dos quilombos. A luta de Palmares não era contra a iniquidade desumanizadora da escravidão. Era apenas recusa da escravidão própria, mas não da escravidão alheia. As etnias de que procederam os escravos negros do Brasil praticavam e praticam a escravidão ainda hoje, na África. Não raro capturavam seus iguais para vendê-los aos traficantes. Ainda o fazem. Não faz muito tempo, os bantos, do mesmo grupo linguístico de que procede Zumbi, foram denunciados na ONU por escravizarem pigmeus nos Camarões".*

De acordo com José Murilo de Carvalho, em "Cidadania no Brasil" (pág. 48), *"os quilombos mantinham relações com a sociedade que os cercavam, e esta sociedade era escravista. No próprio quilombo dos Palmares havia escravos. Não existiam linhas geográficas separando a escravidão da liberdade".*

Segundo alguns estudiosos Ganga Zumba teria sido assassinado, e os negros de Palmares elevaram Zumbi à categoria de chefe:

"Depois de feitas as pazes em 1678, os negros mataram o rei Ganga-Zumba, envenenando-o, e Zumbi assumiu o governo e o comando-em-chefe do Quilombo."

Seu governo também teria sido caracterizado pelo despotismo:

De acordo com Edison Carneiro, em *O Quilombo dos Palmares, Ed. Civilização Brasileira*, *"Nina Rodrigues esclarece que nos Palmares havia 'um governo central despótico' semelhante aos da África na ocasião"*, e complementa: *"Se algum escravo fugia dos Palmares, eram enviados negros no seu encalço e, se capturado, era executado pela severa justiça do quilombo."*

Escreve ainda Edison Carneiro: *"Zumbi é considerado um dos grandes líderes de nossa história. Símbolo da resistência e luta contra a escravidão, lutou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil Colonial. O dia de sua morte, 20 de novembro, é lembrado e comemorado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra."*

https://pt.wikipedia.org/wiki/Zumbi_dos_Palmares

Glossário

Abolicionismo – movimento político, iniciado na Europa no século XVIII, em defesa da abolição incondicional do tráfico de escravizados e da escravidão.

Banzo – considerado uma das “moléstias crónicas” de que sofriam as pessoas escravizadas, tratava-se de uma profunda tristeza que levava muitas vezes à recusa de alimentos e à morte.

Capitão do mato – indivíduo nomeado pelos concelhos ou pelos fazendeiros que, com um pequeno grupo armado, procurava aprisionar os escravizados fugidos e internados no mato, para os devolver aos seus proprietários. Muitas vezes o capitão do mato e os seus homens viviam apenas das recompensas recebidas por essas entregas. A função de capitão do mato aparece primeiro em São Tomé e Príncipe e generaliza-se depois no Brasil.

Cimaronaje – nome dado em Cuba e Porto Rico ao fenómeno da fuga de escravizados, que eram designados **cimarrones**.

Crioulo (esp. *criollo*) – pessoa escravizada ou livre já nascida no território colonial.

Cumbes – nome dado na Venezuela aos quilombos (ver vocábulo).

Escravidão – o mesmo que escravatura (esp. *esclavitud*); estado ou condição dos indivíduos sobre os quais se exercem alguns dos atributos do direito de propriedade. A palavra escravidão é de uso mais comum no Brasil e a de escravatura mais usada em Portugal, embora a primeira se vá impondo de forma generalizada.

Escravizado (esp. *esclavizado*) – vocábulo usado como alternativa à designação tradicional de **escravo**, considerando que esta formulação pressupõe que a condição servil é intrínseca à própria pessoa e de uma forma definitiva. Pelo contrário, com **escravizado** subentende-se que uma pessoa foi dominada e subalternizada mas de uma forma que podia ser transitória. Com a designação tradicional, a pessoa cativa *era* escrava, com a designação escravizada a mesma pessoa *estava* nessa condição.

Escravo (esp. *esclavo*) - indivíduo privado de liberdade pessoal sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade. A palavra só na Idade Média entrou nas línguas europeias, evocando os *eslavos*, capturados e comercializados pelos povos germânicos. Em sentido metafórico, o vocábulo escravo é utilizado de forma pouco rigorosa para situações de exploração do trabalho ou de limitações à liberdade individual.

Escravos de ganho (esp. *esclavos de ganancia*) – escravizados que não trabalhavam directamente para os seus senhores. Estes colocavam-nos ao serviço de terceiros, onde, em princípio, auferiam um salário semelhante ao dos trabalhadores livres, mas que revertia para os proprietários.

Fujão (esp. *esclavo fugado*) – as expressões “negro fujão” e “escravo fujão” foram utilizadas no Brasil para designar os escravizados que fugiam à tutela dos seus proprietários.

Grand marronage – nome dado às comunidades de fugitivos mais estáveis e duradouras.

Maronage – nome com que se designava no Caribe francês o fenómeno da fuga de escravizados.

Maroons – nome dado na Jamaica, em parte do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos aos escravizados que fugiam aos seus proprietários.

Mocambeiro – habitante do mocambo. O mesmo que **quilombola**.

Mocambo – primeira designação dada, primeiro na ilha de São Tomé e depois no Brasil, às comunidades de fugitivos (**quilombos**).

Palenques – nome dado na Colômbia aos **quilombos** (ver vocábulo).

Petit marronage – nome atribuído às fugas pouco duradouras de pequenos grupos de escravizados, que não tardavam a regressar à sua condição de cativos.

Quilombo – comunidade de escravizados fugitivos (por vezes constituída também por índios e negros livres) situada, em geral, em locais de difícil acesso e em que os seus membros principais procuravam reconstituir um tipo de vida africana. O vocábulo (bem como o de mocambo) tem origem na África Central, onde designava acampamentos improvisados.

Quilombola – habitante do quilombo.

Senzala – alojamentos, em geral pouco confortáveis, que se destinavam, no Brasil, à habitação dos escravizados, nas casas senhoriais e nas grandes fazendas. A palavra provém do Kimbundu *sanzala* com que eram designadas, em Angola, as povoações indígenas.

Sistema virreinal (sistema de vice-reinado) – forma de governo instituída, a partir de 1535, pela monarquia espanhola para administrar os territórios conquistados na América, entregando o poder a vice-reis da confiança do monarca. Devido à imensidão do território, as possessões espanholas foram divididas em quatro grandes vice-reinados: Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata.

Sociedade escravista (ou escravagista) – tipo de sociedade em que grande parte da produção é assegurada por mão-de-obra escrava.

Tráfico atlântico de escravos – também designado “tráfico transatlântico de escravos” e, por vezes, “tráfico negreiro”, designa o comércio de escravizados realizado através do oceano Atlântico entre os séculos XVI e XIX. A maioria dos cativos transportados para as Américas provinham da África Ocidental.

Cronologia

1518-1519 - Forte epidemia de varíola nas Antilhas, acelera a importação de mão-de-obra escrava.

1520 (c.) - É autorizada a exportação directa de escravizados de África para a América Espanhola

1521 - Revolta de escravos em Santo Domingo (ilha Hispaniola).

1537 - Sufocada a primeira rebelião de escravos na Cidade do México.

1580-1590 - Primeiros palenques na região de Cartagena (Colômbia).

1580-1695 - Quilombo de Palmares (Alagoas, Brasil).

1595 - Mercadores portugueses asseguram, até 1640, o *asiento*, o fornecimento exclusivo de escravos à América Espanhola.

1620 - Chegada dos primeiros escravizados africanos às colónias continentais inglesas

1621 - Fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais com monopólio comercial sobre a África Ocidental e a América.

1644 - Criação da Companhia Francesa das Índias Ocidentais.

1660 - Formação da *Company of Royal Adventurers Trading to Africa* destinada a abastecer de escravos as Caraíbas britânicas.

1672 - A nova *Royal African Company* recebe o monopólio da importação de escravos para a América inglesa e é responsável pela construção de dezenas de fortes na costa africana.

1672 - Criação na Inglaterra da *Royal African Company* que deteve até 1698 o monopólio do tráfico.

1674 - Atacados e destruídos os palenques de San Miguel, Joyanca e Domingo Angola (Arenal), na actual Colômbia.

1685 - Criação em França da *Compagnie Royale de Guinée*, sociedade comercial privilegiada dedicada especialmente ao tráfico negro.

1685 - Promulgação, pelo rei de França Luís XIV, do "Código Negro", que aceitava e regulamentava o tráfico de escravos e a escravidão.

1694 - Conquista e destruição pelas autoridades coloniais do quilombo de Palmares.

1695, 20 de novembro - Zumbi de Palmares é morto, junto com outros guerreiros.

1701-1713 - Os franceses da Companhia da Guiné recuperam o "asiento", o exclusivo de fornecimento de escravos à América Espanhola.

1711 - Fundação da sociedade comercial inglesa *South Sea Company*, que tinha o tráfico de escravos como uma das suas actividades.

1713 - A Inglaterra obtém o "asiento" para a *South Sea Company* que se comprometia a enviar para a América Espanhola um total de 144 000 escravos em 30 anos.

1714 - Legalização do palenque de San Miguel de Arcángel e fundação do palenque de San Basílio (ou San Basilio de Palenque).

1721 - Fundação na Holanda da Companhia de Comércio de Middelburgo (*Middelburgsche*

Commercie Compagnie) cuja actividade principal era o comércio de escravos.

1730-1795 - Quilombo do Quariterê (Mato Grosso, Brasil).

1770 - Os *Quakers* americanos proíbem aos seus membros a posse de escravos.

1772 - No Reino Unido um juiz proclama a liberdade de um escravo que fugira ("processo Somerset"). A partir de então, considera-se, em princípio, livre todo o escravo que pise as ilhas britânicas.

1777 - Abolição gradual da escravatura no Estado de Vermont (EUA).

1780 - Lei de abolição gradual na Pensilvânia (EUA)

1787 - Thomas Clarkson e William Wilberforce fundam em Londres a *Society for the Abolition of the Slave Trade* (antepassada da *British Antislavery Society*), modelo de outras associações similares em vários países da Europa e da América.

1788 - É fundada em Paris a *Sociedade dos Amigos dos Negros*, que tinha como objectivo acabar com o tráfico de escravos.

1789 - O rei de Espanha concede liberdade de comércio a espanhóis e a estrangeiros para o tráfico de escravos com as ilhas de Cuba, Santo Domingo, Puerto Rico e província de Caracas.

1789 - Revolta do Engenho Santana (Ilhéus, Brasil).

1791 - Rebelião dos escravos da parte francesa da Ilha de Santo Domingo (actual Haiti) e consequente abolição da escravatura.

1792 - Abolição do tráfico negreiro na Dinamarca (primeiro país a fazê-lo), com efeitos dentro de dez anos.

1792 - Em Inglaterra, uma moção para abolição do tráfico é aprovada na Câmara dos Comuns mas rejeitada na dos Lordes.

1794 - No seguimento da revolta no Haiti, a Convenção republicana francesa declara a abolição da escravatura, legislação revogada por Napoleão em 1802.

1798 - O Estado da Geórgia (EUA) suspende o comércio de escravos.

1802 - Na Dinamarca entra em vigor a proibição do tráfico negreiro (primeiro país a fazê-lo).

1807 - Conspiração na Bahia (Brasil) de africanos islamizados de origem haussá (Nigéria).

1807 - O Parlamento inglês aprova o *Slave Trade Act*, que proibia, a partir de 1 de janeiro de 1808, o tráfico negreiro no império britânico, mas não a escravatura.

1807 - Os Estados Unidos da América proíbem a importação de escravos (*Slave Importation Prohibition Act*) a partir de 1 de janeiro de 1808.

1809 - Revolta de escravos na cidade de Salvador (Bahia, Brasil).

1810 - O México proclama a abolição da escravatura.

1814 - Revolta de escravos de Itapuã (Bahia, Brasil).

1818 - Lei proibindo em França o tráfico de escravos e estabelecendo regras de repressão no mar.

1821 - México e Peru: proibição do tráfico e abolição gradual da escravidão.

- 1823 - Abolição da escravidão no Chile.
- 1824 - Nova revolta no Engenho Santana (Ilhéus, Brasil).
- 1826 - Abolição da escravidão na Bolívia.
- 1829 - Abolição definitiva da escravatura no México.
- 1831 - Abolição na Bolívia.
- 1833 - Lei da abolição da escravidão em Inglaterra e em todas as colónias britânicas, com indemnização aos proprietários, para entrar em vigor em agosto de 1834.
- 1833 - Revolta de Carrancas (Minas Gerais, Brasil).
- 1835 - Revolta dos Malês (Bahia, Brasil) iniciada por escravos urbanos de religião muçulmana.
- 1836 - Abolição do tráfico de escravos em todo os territórios sob soberania portuguesa.
- 1838-1841 - Balaiada (Maranhão, Brasil), insurreição de escravos e negros forros.
- 1838 - Revolta de Manoel Congo (Santa Catarina, Rio de Janeiro).
- 1842 - Paraguai: lei de abolição gradual da escravidão.
- 1842 - Tratado entre a Inglaterra e Portugal para "a completa abolição do tráfico de escravatura".
- 1845 - Espanha: nova lei de proibição do tráfico, mas abrindo excepções para Cuba.
- 1848 - Abolição da escravidão em França e nas colónias francesas.
- 1849 - França: lei de indemnização aos colonos proprietários de escravos.
- 1850 - Fim oficial do tráfico de escravos no Brasil (lei Eusébio de Queiróz).
- 1851 - Abolição da escravatura na Colômbia.
- 1853 - Abolição da escravatura na Argentina.
- 1854 - Abolição da escravatura na Venezuela e no Perú.
- 1854 - Primeiras medidas com vista à abolição da escravatura nas colónias portuguesas.
- 1859 - Extinção da escravatura em todos os territórios portugueses, embora com restrições.
- 1863 - A Holanda declara a abolição da escravatura nas suas colónias.
- 1867 - A Espanha proíbe definitivamente o tráfico negreiro.
- 1869 - Portugal torna ilegal a escravidão nas suas colónias, de forma condicionada.
- 1873 - Abolição da escravidão na colónia espanhola de Porto Rico.
- 1880-1886 - Abolição progressiva da escravidão na colónia espanhola de Cuba.

Para continuar a aprofundar este assunto:

1. Livros

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, e Walter Fraga Filho, *Uma história do negro no Brasil*, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.
- BORREGO PLÁ, M. C., *Palenques de negros en Cartagena de Indias a fines del siglo XVII*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1973.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Escravos e traficantes no Império Português*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- GOMES, Flávio dos Santos, *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*, São Paulo: Edit. Claro Enigma, 2015.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.
- NAVARRETE, Maria C., “Los palenques. Reductos libertarios en la sociedad colonial, siglos XVI y XVII”. *Revista Historia y Sociedad*, 7 (14), 2003, pp. 77-96.
- PRICE, Richard (ed.), *Maroon societies: rebel slave communities in the Americas*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- REIS, João José e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, João José e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Revoltas escravas no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

2. Sítios e materiais em linha

Projeto europeu RESISTANCE: <http://www.resistance.uevora.pt/> e no YouTube: <https://www.youtube.com/c/ProjectoRESISTANCE>

Documenta Palmares: <https://www.palmares.ifch.unicamp.br/>

Impressões Rebeldes: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/>

Base de dados sobre o comércio transatlântico de escravos: <https://www.slavevoyages.org/>

Projecto da UNESCO “A rota do escravo”: <https://es.unesco.org/themes/promocion-derechos-inclusion/ruta-esclavo>

Slavery Images: A Visual Record of the African Slave Trade and Slave Life in the Early African Diaspora: <http://www.slaveryimages.org>

Images of African American Slavery and Freedom (Library of Congress): https://www.loc.gov/rr/print/list/082_slave.html

3. Outros recursos

3.1. Filmes

12 Years a Slave (Bra: *12 Anos de Escravidão*; Prt: *12 Anos Escravo*), realiz. Steve McQueen (2013).

Amistad (Bra/Prt: *Amistad*), realiz. Steven Spielberg (1997).

Ganga Zumba, realiz. Cacá Diegues (1963).

Chica da Silva, realiz. Cacá Diegues (1976).

Quilombo, realiz. Cacá Diegues (1984).

Vazante, realiz. Daniela Thomas (2017).

3.2. Museus (visitas virtuais)

Museu Afro Brasil, Parque Ibirapuera, São Paulo (Brasil):

<https://artsandculture.google.com/streetview/museu-afro-brasil>

National Museum of African American History and Culture, Washington, D.C. (USA):

<https://www.searchablemuseum.com>

International Slavery Museum, Liverpool (UK):

<https://www.liverpoolmuseums.org.uk/international-slavery-museum/virtual-tour>

3.3. Músicas/Canções

Navio Negreiro- Dorival Caymmi

Disco: Saudades da Bahia (1957)

Letra:

Foi entre o mar e o céu,
Sobre as ondas ao Léu
O veleiro a rodar

Adeus Terra de Luanda
Fica filhos de Umbanda

Era a escravidão
E no negro porão
Triste coro a cantar

Adeus Terra de Luanda
Fica filhos de Umbanda
Piedade Senhor
Pelos homens de cor

que perderam seu lar

Adeus Terra de Luanda
Fica filhos de Umbanda

E lá do sude abrilhou
E o céu todo se iluminou
E o sol do novo mundo em fim no horizonte
Raiou este sol da liberdade
Que lhe deu felicidade e amor

Foi entre o mar e o céu
Sobre as ondas ao Léu
O veleiro a rodar

Adeus Terra de Luanda
Fica filhos de Umbanda

Navio Negreiro - Caetano Veloso & Maria Bethânia

Disco: Livro (1997)

Letra: Poema de Castro Alves (ver *infra*, em Poesias)

Zumbi- Jorge Ben

Disco: A Tábua das esmeraldas (1974)

Letra:

Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há
Uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de boi
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados

Vendo a colheita do algodão branco
 Sendo colhidos por mãos negras
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Quando Zumbi chegar
 O que vai acontecer
 Zumbi é senhor das guerras
 É senhor das demandas
 Quando Zumbi chega é Zumbi
 É quem manda
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver

3.4. Poesias

O escravo

Vinicius de Moraes

Rio de Janeiro, 1935

Quando a tarde veio o vento veio e eu segui levado como uma folha
 E aos poucos fui desaparecendo na vegetação alta de antigos campos de batalha
 Onde tudo era estranho e silencioso como um gemido.
 Corri na sombra espessa longas horas e nada encontrava
 Em torno de mim tudo era desespero de espadas estorcidas se desvencilhando
 Eu abria caminho sufocado mas a massa me confundia e se apertava impedindo
 meus passos
 E me prendia as mãos e me cegava os olhos apavorados.
 Quis lutar pela minha vida e procurei romper a extensão em luta
 Mas nesse momento tudo se virou contra mim e eu fui batido
 Fui ficando nodoso e áspero e começou a escorrer resina do meu suor
 E as folhas se enrolavam no meu corpo para me embalsamar.
 Gritei, ergui os braços, mas eu já era outra vida que não a minha
 E logo tudo foi hirto e magro em mim e longe uma estranha litania me fascinava.
 Houve uma grande esperança nos meus olhos sem luz
 Quis avançar sobre os tentáculos das raízes que eram meus pés
 Mas o vale desceu e eu rolei pelo chão, vendo o céu, vendo o chão, vendo o céu,
 vendo o chão
 Até que me perdi num grande país cheio de sombras altas se movendo...

Aqui é o misterioso reino dos ciprestes...
 Aqui eu estou parado, preso à terra, escravo dos grandes príncipes loucos.
 Aqui vejo coisas que mente humana jamais viu
 Aqui sofro frio que corpo humano jamais sentiu.
 É este o misterioso reino dos ciprestes

Que aprisionam os cravos lívidos e os lírios pálidos dos túmulos
 E quietos se reverenciam gravemente como uma corte de almas mortas.
 Meu ser vê, meus olhos sentem, minha alma escuta
 A conversa do meu destino nos gestos lentos dos gigantes inconscientes
 Cujas ira desfolha campos de rosas num sopro trêmulo...
 Aqui estou eu pequenino como um musgo mas meu pavor é grande e não conhece
 luz
 É um pavor que atravessa a distância de toda a minha vida.

É este o feudo da morte implacável...
 Vede — reis, príncipes, duques, cortesãos, carrascos do grande país sem mulheres
 São seus míseros servos a terra que me aprisionou nas suas entranhas
 O vento que a seu mando entorna da boca dos lírios o orvalho que rega o seu solo
 A noite que os aproxima no baile macabro das reverências fantásticas
 E os mochos que entoam lúgubres cantochões ao tempo inacabado...
 É aí que estou prisioneiro entre milhões de prisioneiros
 Pequeno arbusto esgalhado que não dorme e que não vive
 À espera da minha vez que virá sem objeto e sem distância.
 É aí que estou acorrentado por mim mesmo à terra que sou eu mesmo
 Pequeno ser imóvel a quem foi dado o desespero
 Vendo passar a imensa noite que traz o vento no seu seio
 Vendo passar o vento que entorna o orvalho que a aurora despeja na boca dos lírios
 Vendo passar os lírios cujo destino é entornar o orvalho na poeira da terra que o
 vento espalha
 Vendo passar a poeira da terra que o vento espalha e cujo destino é o meu, o meu
 destino
 Pequeno arbusto parado, poeira da terra preso à poeira da terra, pobre escravo dos
 príncipes loucos.

<http://www.viniciusdemoraes.com.br/>

O Navio Negroiro

A. Castro Alves

São Paulo, 1868

Era um sonho dantesco o tombadilho
 Que das luzernas avermelha o brilho
 Em sangue a se banhar
 Tinir de ferros estalar do açoite
 Legiões de homens negros como a noite
 Horrendos a dançar
 Negras mulheres, suspendendo às tetas
 Magras crianças, cujas bocas pretas
 Rega o sangue das mães
 Outras, moças, mas nuas, espantadas
 No turbilhão de espectros arrastadas

Em ânsia e mágoa vãs
 E ri-se a orquestra, irônica, estridente
 E da ronda fantástica a serpente
 Faz doudas espirais
 Se o velho arqueja se no chão resvala
 Ouvem-se gritos o chicote estala
 E voam mais e mais...
 Presa dos elos de uma só cadeia
 A multidão faminta cambaleia
 E chora e dança ali!
 Um de raiva delira, outro enlouquece
 Outro, que de martírios embrutece
 Cantando, geme e ri!
 No entanto o capitão manda a manobra
 E após, fitando o céu que se desdobra
 Tão puro sobre o mar
 Diz do fumo entre os densos nevoeiros
 "Vibrai rijo o chicote, marinheiros!
 Fazei-os mais dançar!"
 E ri-se a orquestra irônica, estridente
 E da ronda fantástica a serpente
 Faz doudas espirais!
 Qual num sonho dantesco as sombras voam
 Gritos, ais, maldições, preces ressoam!
 E ri-se Satanaz!
 Senhor Deus dos desgraçados!
 Dizei-me vós, Senhor Deus!
 Se é loucura... se é verdade
 Tanto horror perante os céus
 Ó mar, por que não apagas
 Co'a esponja de tuas vagas
 De teu manto este borrão?
 Astros, noite, tempestades!
 Rolai das imensidades!
 Varrei os mares, tufão!
 Quem são estes desgraçados
 Que não encontram em vós
 Mais que o rir calmo da turba
 Que excita a fúria do algoz?
 Quem são, se a estrela se cala?
 Se a vaga à pressa resvala
 Como um cúmplice fugaz
 Perante a noite confusa
 Dize-o tu, severa musa
 Musa libérrima, audaz!
 São os filhos do deserto
 Onde a terra esposa a luz

Onde voa em campo aberto
 A tribo dos homens nus
 São os guerreiros ousados
 Que com os tigres mosqueados
 Combatem na solidão...
 Homens simples, fortes, bravos
 Hoje míseros escravos
 Sem ar, sem luz, sem razão...
 São mulheres desgraçadas
 Como Agar o foi também
 Que sedentas, alquebradas
 De longe... bem longe vêm...
 Trazendo com túbios passos
 Filhos e algemas nos braços
 N'alma lágrimas e fel
 Como Agar sofrendo tanto
 Que nem o leite do pranto
 Têm que dar para Ismael
 Lá nas areias infindas
 Das palmeiras no país
 Nasceram crianças lindas
 Viveram moças gentis
 Passa um dia a caravana
 Quando a virgem na cabana
 Cisma das noites nos véus
 Adeus! ó choça do monte!
 Adeus palmeiras da fonte!
 Adeus amores, adeus!
 Senhor Deus dos desgraçados!
 Dizei-me vós, Senhor Deus!
 Se eu deliro... ou se é verdade
 Tanto horror perante os céus
 Ó mar, por que não apagas
 Co'a esponja de tuas vagas
 De teu manto este borrão?
 Astros! noite! tempestades!
 Rolai das imensidades!
 Varrei os mares, tufão!
 E existe um povo que a bandeira empresta
 P'ra cobrir tanta infâmia e covardia!
 E deixa-a transformar-se nessa festa
 Em manto impuro de bacante fria!
 Meu Deus!
 Meu Deus, mas que bandeira é esta
 Que impudente na gávea tripudia?!
 Silêncio, Musa! Chora, chora tanto
 Que o pavilhão se lave no seu pranto

Auriverde pendão de minha terra
Que a brisa do Brasil beija e balança
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança
Tu, que da liberdade após a guerra
Foste hasteado dos heróis na lança
Antes te houvessem roto na batalha
Que servires a um povo de mortalha!
Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu na vaga
Como um íris no pélago profundo!
Mas é infâmia demais da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo
Andrada! Arranca este pendão dos ares!
Colombo! Fecha a porta de teus mares!

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>

El vídeo como recurso didáctico

El uso del vídeo como recurso didáctico facilita la construcción de un conocimiento significativo dado que se aprovecha el potencial comunicativo de las imágenes, los sonidos y las palabras para transmitir una serie de experiencias que estimulen los sentidos y los distintos estilos de aprendizaje en los alumnos. Esto permite concebir una imagen más real de un concepto. Pero como toda tecnología, no es útil por sí misma, sino por las actividades de aprendizaje que se diseñen en torno a ese recurso. Cuando nos disponemos a utilizar un vídeo en clase, debemos crear el ambiente propicio y transmitir al alumnado que es una actividad más que no tiene nada que ver con relajarse como si estuviéramos en el cine. Algunas recomendaciones para evitar esa desconexión mental, serían:

- Antes de visualizar el vídeo es importante explicar al alumnado por qué vamos a verlo, contextualizarlo con la materia que se esté tratando en ese momento y justificarlo.
- Sería buena idea reflexionar y hacer una puesta en común sobre lo que los alumnos saben antes de ver el vídeo.
- No apagar la luz antes de visionar el vídeo, pues ese cambio en el ambiente hace que el cerebro se disperse y la atención disminuya. Si hay problemas de visibilidad, es conveniente solucionarlos previamente.
- Ofrecerles un listado de ítems o cuestiones sobre las que prestar atención especial. La elaboración de una rúbrica donde los alumnos tengan que marcar con una cruz entre varias opciones mientras ven el vídeo, puede ser un ejemplo de práctica que les obligue a permanecer atentos.
- Tras la emisión del vídeo, permitir unos minutos de reflexión individual para que redacten cuál es la idea principal y las secundarias de lo que han visto.
- Podríamos terminar con una nueva puesta en común, sobre lo que saben después de ver el vídeo.
- Tener diseñadas actividades para a continuación, aplicar lo aprendido en el vídeo.

<https://iddocente.com/el-video-un-recurso-didactico-aprender-por-todos-los-sentidos/>

* Embora referindo-se expressamente ao vídeo, as recomendações do texto aplicam-se a outros recursos audiovisuais.

Ficha de Observação

Depois de assistires, com atenção, à projeção do recurso audiovisual intitulado “Os africanos escravizados na América Ibérica”, lê todas as questões desta ficha, **mas não respondas antes de uma nova projeção.**

Ano: _____ Turma: _____ Aluno: _____

1. Quantos africanos foram transportados ao longo dos séculos XVI a XIX da África para o continente americano?

5 milhões

13 milhões

15 milhões

2. Esses africanos dirigiam-se para a América de sua livre vontade? Porquê?

.....

3. Os barcos que os transportavam eram adequados a tão longas viagens? Justifica a tua resposta.

.....

4. Que acontecia a esses africanos depois do desembarque no continente americano?

.....

5. Quais os principais trabalhos a que eram destinados?

.....

6. Identifica três das formas com que os escravizados resistiam às condições de vida e de trabalho que lhes eram impostas.

.....

7. Uma das formas de resistência dos escravizados podia ser individual ou coletiva. De que forma de resistência se trata? Em que consistia?

.....

8. Como se chamou em português e em espanhol às comunidades formadas por grupos de escravizados fugidos do seu local de trabalho?

Em português:
 Em espanhol:

9. Identifica duas dessas comunidades de fugitivos.

.....

10. Quem foi Zumbi dos Palmares?

.....

11. De todas as imagens desta projeção, qual foi a que mais te impressionou? Porquê?

.....

12. Esta projeção audiovisual ajudou-te a conhecer novos aspetos da História?

Muito Pouco Nada

13. Tiveste dificuldades em compreender alguns momentos desta projeção audiovisual?

Muitas Poucas Nenhumas

14. Gostavas de continuar a trabalhar nas aulas de História com recursos audiovisuais semelhantes ao que acabaste de ver?

Sim Não Algumas vezes

RESISTANCE

778076-H2020-MSCA-RISE-2017

AUTORES



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



Centro Interdisciplinar
de História, Culturas e Sociedades
da Universidade de Évora
(UIDB/00057/2020)



UNIVERSIDADES QUE INTEGRAM O PROJETO RESISTANCE



UEVORA (PORTUGAL)



NOVA FCSH (PORTUGAL)



ICS-ULISBOA (PORTUGAL)



ISCTE-IUL (PORTUGAL)



UFBA (BRASIL)



MPIHLHT (GERMANY)



USC (SPAIN)



UNLP (ARGENTINA)



UNI-CV (CAPE VERDE)



PUC (CHILE)



COLMICH (MEXICO)



UC (SPAIN)



BROWN
UNIVERSITY

BROWN UNIVERSITY (USA)

www.resistance.uevora.pt